

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**CÂMPUS DE TUPÃ**

**Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento**

**JULIANO DOS SANTOS MIOLA**

**ATORES E FATORES ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE EM  
PRESIDENTE PRUDENTE: UM ESTUDO DE CASO**

Tupã

2017

JULIANO DOS SANTOS MIOLA

**ATORES E FATORES ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE EM  
PRESIDENTE PRUDENTE: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento. Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Tupã

2017

M669a

Miola, Juliano dos Santos.

**ATORES E FATORES ENVOLVIDOS NA  
OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE EM PRESIDENTE  
PRUDENTE: UM ESTUDO DE CASO / JULIANO DOS  
SANTOS MIOLA. – TUPÃ, 2017.**

106 F.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) –Faculdade de Ciências e Engenharia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Tupã

**JULIANO DOS SANTOS MIOLA**

**ATORES E FATORES ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE  
EM PRESIDENTE PRUDENTE: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e  
Desenvolvimento (UNESP/Tupã), como requisito para obtenção do título de Mestre.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof(a). Dr(a). Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani  
(Orientadora)

Prof(a). Dr(a). Ricardo César Gonçalves Sant'Ana  
(UNESP/Tupã-SP)

Prof(a). Dr(a). Regina Ap. Leite de Camargo  
(UNESP/Jaboticabal-SP)

Dissertação defendida e aprovada em:  
24 de abril de 2017

Dedico a minha esposa, grande incentivadora, e filha, que compreenderam minha ausência em muitos momentos pelo empenho que firmei nesta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força e sabedoria para alcançar meus objetivos.

Agradeço a Professora Doutora Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani que me orientou com todo empenho e conhecimento científico para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço a Professora Doutora Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol por ter me co-orientado com observações importantes para minha pesquisa e ter compartilhado seus conhecimentos.

Agradeço a minha esposa e filha por terem sido compreensivas e sempre estarem do meu lado me incentivando, motivando e apoiando.

Um agradecimento especial aos meus avós paternos (in memoriam), tios e tias: Irio Miola e Deuzolina Miola (in memoriam), Dirce Miola Hespanhol e Pedro Hespanhol (in memoriam) por terem cuidado de mim e me mostrado o caminho correto a ser seguido; algo de mais importante que meus pais não conseguiram fazer! Tenho certeza absoluta que estes têm muito orgulho de mim, pelo apoio que sempre me deram em minha criação e que foi de suma importância para toda minha formação e caráter.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento pelo compartilhamento de seus conhecimentos profissionais.

A UNESP Campus de Tupã por propiciar o ambiente necessário para minha aprendizagem e consequentemente por meu desenvolvimento pessoal e profissional.

“Os dias prósperos não vêm por acaso; nascem de muita fadiga e persistência”

Henry Ford

MIOLA, Juliano dos S. **ATORES E FATORES ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE EM PRESIDENTE PRUDENTE: UM ESTUDO DE CASO** 2017. 106 p. Dissertação de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento – UNESP Campus de Tupã-SP. Tupã, 2017.

## RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa governamental na área da alimentação e nutrição que representa um importante eixo de promoção da segurança alimentar. O objetivo do PNAE é prover as necessidades básicas nutricionais dos estudantes e promover o desenvolvimento inclusivo e a capacidade de oferta da agricultura familiar. No entanto, a operacionalização do programa nos municípios ainda é um desafio. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é identificar e descrever os atores e fatores envolvidos no processo de operacionalização do PNAE no município de Presidente Prudente, analisando o desenvolvimento do programa e cumprimento da legislação. Acredita-se que essa pesquisa pode efetivamente dar subsídios e informações para possíveis melhorias na participação dos agricultores familiares no PNAE e auxiliar o município a melhor desenvolver a operacionalização do programa. Esta é uma pesquisa aplicada que utilizou a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. A pesquisa utilizou a técnica do estudo de caso documental e de estudo de caso. A delimitação geográfica foi definida pela importância que o município tem no contexto regional. A Secretaria Municipal de Educação – SEDUC do município de Presidente Prudente, possui a maior rede pública de ensino do Pontal do Paranapanema, com 61 escolas. As entrevistas foram realizadas com diversos agentes que estão ligados diretamente ao programa como: Associações, Cooperativa, Produtores rurais ligados às associações e cooperativa, CATI, Casa da Agricultura e Prefeitura municipal nos seguintes departamentos: Departamento de Alimentação Escolar; de Licitações; Jurídico; e de Finanças. Os resultados mostram que existem insatisfação por parte dos produtores quanto a demora nos trâmites da chamada pública e dos repasses dos recursos, porém, também a possível solução deste problema como relatado nas recomendações desta pesquisa. Foram apontados ainda como os principais problemas: a lentidão no pagamento e/ou na abertura da Chamada Pública; baixa conscientização da educação e segurança alimentar, mesmo sendo realizadas campanhas de educação alimentar nas escolas por diretores(as) de escolas e professores(as); centralização da tomada de decisão quanto ao encaminhamento dos recursos; a dificuldade em agregação de valor por parte dos produtores, entre outros. Assim, há necessidade da articulação local de todos os atores envolvidos no processo de produção, compra e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar na execução do programa.

Palavras-chaves: Política pública, agricultura familiar, segurança alimentar.



## ABSTRACT

The National Program for School Food Provision (NPSFP) is a governmental program in the area of food and nutrition that represents an important role on promoting food security. The purpose of the program is to contribute to students' daily nutrition and to promote local development through acquisition from family farmers. However, the operationalization of the program at municipality level is still a challenge. In this sense, the objective of this research is to identify and describe the actors and factors involved in the program operationalization process in the municipality of Presidente Prudente, by analyzing the program development and the legislation. I believed that this research can effectively provide subsidies and information for possible improvements in the participation of the family farmers in NPSFP and to help the municipality to better develop the operationalization of the program. This applied research used a descriptive research under qualitative approach. The research used the technique of documental research and a case study. The geographical delimitation was defined by the importance that the municipality has in the regional context. The Municipal Department of Education - SEDUC of the municipality of Presidente Prudente, has the largest public education network in Pontal do Paranapanema, with 61 schools. The interviews were carried out with several agents that are directly related to the program as: Associations, Cooperative, farmers linked to associations and cooperative, CATI, Secretary of Agriculture and Municipality actors in the following departments: Department of School Feeding; Public Bidding; Department of Legal Issues; And Department of Finance. The results indicate that there is dissatisfaction on the part of the farmers regarding the delay in the procedures of the public call and the transfer of resources, but also there are possible solutions to this problem as reported as recommendations of this research. The main problems were cited: the delay in the payment and / or the opening of the Public Call; Low education and food security awareness, even though school feeding campaigns are carried out in schools by principals and teachers; centralization of decision making regarding the routing of resources; difficulty in aggregating value by farmers, amongst others. Thus, articulation of local actors involved in the process of production, procurement and distribution of food from family farming is crucial to NPSFP for the efficient execution of the program.

Keywords: Public policy, family farming, food security.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CECANES	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EEX	Entidades Executoras
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEAP	Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MESA	Ministério Extraordinário de Combate à Fome e da Segurança Alimentar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIS	Programa de Integração Social
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEPP	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCU	Tribunal de Contas da União

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Esquema geral da dissertação.....	21
Figura 2 -	Esquema geral da metodologia de pesquisa.....	24
Figura 3 -	Etapas da dissertação.....	26
Figura 4 -	Localização do município de Presidente Prudente.....	29
Figura 5 -	Evolução de SAN .....	33
Figura 6 -	Evolução do PNAE.....	41
Figura 7 -	Fluxograma do processo de aquisição de alimentos para o PNAE no município de Presidente Prudente.....	49
Figura 8 -	Fachadas externas local de recebimento, separação e distribuição da Alimentação Escolar.....	86
Figura 9 -	Banner exposto na entrada do local de carregamento e descarregamento dos produtos da agricultura familiar.....	87
Figura 10 -	Produto recebido e aceito, mas com ressalva por não estar embalado conforme solicitação.....	87
Figura 11 -	Parte interna da câmara fria no primeiro horário do dia, antes dos produtores chegarem para descarregamento.....	88
Figura 12 -	Descarregamento de maior diversidade de produtos de um mesmo produtor.....	88
Figura 13 -	Produtos entregues em conformidade com a solicitação.....	89
Figura 14 -	Anexo a Unidade de Alimentação Escolar, prédio já terminado de Apoio a Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UADAF).....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Quantidade de recursos (deflacionado) destinados aos estudantes por ano.....	46
<b>Gráfico 2 -</b>	Tamanho total da propriedade e em produção para o PNAE.....	58
<b>Gráfico 3 -</b>	Responsabilidade pela tomada de decisão.....	59
<b>Gráfico 4 -</b>	Possui mais de uma propriedade rural.....	59
<b>Gráfico 5 -</b>	Idade dos produtores.....	60
<b>Gráfico 6 -</b>	Nível de escolaridade.....	61
<b>Gráfico 7 -</b>	Tempo na atividade agropecuária.....	62
<b>Gráfico 8 -</b>	Emprego de mão de obra permanente.....	62
<b>Gráfico 9 -</b>	Número de pessoas da família que contribuem na atividade agrícola.....	64
<b>Gráfico 10 -</b>	Tempo em que participa do PNAE.....	64
<b>Gráfico 11 -</b>	Investimentos feitos para ingressar no PNAE.....	65
<b>Gráfico 12 -</b>	Investimentos feitos após ingressar no PNAE.....	66
<b>Gráfico 13 -</b>	Produtos cultivados pelos agricultores após a participação no PNAE.....	68
<b>Gráfico 14 -</b>	Produção destinada ao PNAE.....	68
<b>Gráfico 15 -</b>	Tipo de apoio recebido.....	70
<b>Gráfico 16 -</b>	Agregação de valor do produto.....	71
<b>Gráfico 17 -</b>	Aumento de renda após PNAE.....	72

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>19</b>
<b>1.3 Esquema Geral da Dissertação.....</b>	<b>19</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Etapas da Dissertação .....</b>	<b>23</b>
<b>3 O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar .....</b>	<b>36</b>
<b>4 O PNAE EM PRESIDENTE PRUDENTE .....</b>	<b>45</b>
<b>4.1 Sistemática de Funcionamento do PNAE em Presidente Prudente .....</b>	<b>45</b>
<b>4.2 Identificação dos Atores e Fatores Sociais .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.1 Prefeitura Municipal .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.2 CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) .....</b>	<b>54</b>
<b>4.2.3 Perfil dos produtores rurais entrevistados.....</b>	<b>54</b>
<b>a. Caracterização das propriedades rurais .....</b>	<b>55</b>
<b>b. Caracterização dos produtores rurais entrevistados e da produção.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3 Problemas apontados pelos atores envolvidos no PNAE .....</b>	<b>70</b>
<b>4.4 Recomendações que Sirvam como Subsídio para Melhoria do PNAE em     Presidente Prudente.....</b>	<b>72</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>83</b>
<b>Apêndice 1 - Imagens do Local da Pesquisa .....</b>	<b>83</b>
<b>Apêndice 2 – Questionários aplicados .....</b>	<b>87</b>
<b>Questionário para Casa da Agricultura .....</b>	<b>87</b>
<b>Questionário aplicado na CATI .....</b>	<b>89</b>

<b>Questionário aplicado nas associações e na cooperativa.....</b>	<b>91</b>
<b>Questionário aplicado aos produtores rurais.....</b>	<b>95</b>
<b>Questionário aplicado na prefeitura (nutricionista / setor de licitações / finanças e jurídico).....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O PNAE é uma política pública<sup>1</sup> voltada para a alimentação escolar, tendo sua origem na antiga Merenda Escolar, a qual busca garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes da rede pública. As políticas públicas geralmente são compostas por procedimentos de forma interligada e lógica, como segue: 1. Planos; 2. Programas; 3. Ações e 4. Atividades (BRASIL, 2016b):

1. Os planos determinam diretrizes, necessidades e objetivos que serão obtidos em longo prazo;
2. Os programas constituem objetivos direcionados a um assunto, às instituições públicas em determinada localização;
3. As ações abordam a orientação dos planos e suas diretrizes;
4. As atividades estão relacionadas à realização das diretrizes para obtenção dos objetivos determinados.

Para alcançar os objetivos da política pública, como consequência dos programas, estão as compras institucionais, que ampliam as oportunidades de mercado para a agricultura familiar, possibilitando que órgãos de administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios comprem, com seus próprios recursos, alimentos para atender as demandas de necessidades contínuas como restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros. Essa modalidade de compra dispensa licitação (BRASIL, 2017c, s.p.).

Para Morgan e Sonnino (2010), se empregadas corretamente, as compras institucionais podem produzir um serviço social, econômico e ambiental de alimentação escolar sustentável. Desta forma, tais compras podem contribuir para as finalidades da segurança alimentar e nutricional e dar força aos atores envolvidos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa de aquisição institucional revertido para a alimentação de estudantes. Este programa é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem como proposição o repasse,

---

<sup>1</sup> “[...] conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais” (BRASIL, 2016b, s.p.).



de forma adicional, de recursos aos estados, Distrito Federal e aos municípios. O objetivo do PNAE é prover as necessidades básicas nutricionais dos estudantes, colaborando no desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos mesmos, proporcionando-lhes a formação de hábitos alimentares saudáveis. Esse instrumento une a necessidade do Estado de promover o desenvolvimento inclusivo voltado ao combate à fome e pobreza e a capacidade de oferta da agricultura familiar. Esses programas são muito importantes para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, por garantirem o direito à alimentação, melhorarem a vida das famílias mais vulneráveis e favorecerem o desenvolvimento local (BRASIL, 2015d).

Desta forma, o Estado passa a agir de forma alinhada ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Com este enfoque, esta política pública apoia-se em determinados elementos básicos: o elemento alimentar relacionado à produção, à negociação, à nutrição e às práticas alimentares (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Para Chiritescu e Kruzslíca (2015), a segurança alimentar é influenciada por quatro grandes grupos de fatores, a saber: ambiente econômico e político social; desempenho do setor agroalimentar; proteção social; saúde e higiene. Neste contexto, o papel da agricultura familiar é assegurar a produção suplementar para garantir a segurança nacional, contribuindo também para o desenvolvimento local, mantendo costumes e hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE tem sua origem na década de 1940 e, conforme contempla o Art. 4º da Lei n. 11.947/2009, este Programa tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos (BRASIL, 2017d).

Ao longo do tempo, o programa passou por diversas mudanças, mas foi a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que representou importância para o desenvolvimento da agricultura familiar. Tal Lei estabelece que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam destinados para a compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Para os agricultores, as compras institucionais representam uma alternativa de canal de comercialização para seus produtos, uma significativa possibilidade de aproximação e parceria com demais produtores e com agentes envolvidos neste processo (BELIK et al., 2004).

O PNAE é uma referência como política pública por ser um grande programa de alimentação em atividade no Brasil. A partir de 1994, o programa passou a ser gerenciado de forma descentralizada. A compra dos alimentos para a alimentação escolar ficou a cargo dos estados e municípios. A aquisição de alimentos para as escolas de forma descentralizada foi uma das grandes melhorias para o Brasil. Contribuindo para o desenvolvimento local, a comercialização descentralizada dos produtos para alimentação escolar, se constitui em

importante fator para as negociações e aquisições feitas de produtores locais (BELIK et al., 2004).

Conforme destacam Almeida; Gomes e Lopes (2011), este apoio ao desenvolvimento sustentável local representa para o agricultor familiar, um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, colaborando para a inclusão produtiva, a criação de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo.

Real e Schneider (2011) mostram que as políticas públicas alimentares como o PNAE, são vistas como oportunidade de ajudar na resolução de problemas de demanda e oferta de alimentos. Os autores afirmam que isso é possível mediante a integração de políticas pertinentes à saúde dos estudantes. Como política pública, o PNAE é reconhecido pela comunidade internacional. Assim, é importante observar os Acordos Internacionais entre a FAO e o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, visando apoiar a evolução de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (FERNANDES, 2013) (BRASIL, 2015f).

Para Triches e Schneider (2010), com a instituição da Lei nº 11.947, que determina a obrigatoriedade de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, o governo federal colabora na proposição de um modelo de produção e consumo de alimentos mais saudáveis, bem como na aproximação da produção dos agricultores familiares com os consumidores de alimentos, buscando “reconectar” a cadeia alimentar.

Para poder participar do PNAE, o agricultor familiar deve possuir a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – portanto, deve enquadrar-se como agricultor familiar de acordo com a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta legislação, de acordo com seu Artigo 3º, considera agricultores familiares aqueles que: não possuam área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; obtenha percentual mínimo de renda familiar diretamente de atividades produtivas vinculadas ao próprio estabelecimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2017b).

Estudos mostram evidências de como o PNAE está sendo aplicado no Brasil de forma a adquirir alimentos da agricultura familiar local para a alimentação dos estudantes, com

seus problemas, as dificuldades e empecilhos, mas também as alternativas encontradas para superar e ajudar na realização dessa prática (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

### **1.1 Justificativa**

De acordo com Salomon (1991), os problemas de interesse para a ciência devem apresentar relevâncias operativas, contemporâneas e humanas; ou seja, o problema deve implicar na geração de novos conhecimentos, referirem-se à atualidade e à novidade, além de apresentar utilidade para a humanidade.

Este trabalho traz informações para uma reflexão sobre a segurança alimentar e nutricional no contexto da promoção das práticas alimentares saudáveis, apontada como importante estratégia para enfrentar os novos desafios no campo da saúde, alimentação e nutrição. Assim, sua relevância operativa é justificada.

Para a agricultura familiar, o PNAE consiste num canal de comercialização institucional que serve como alternativa aos mercados tradicionais. Considerando que o PNAE é um instrumento da política pública relevante para a segurança alimentar e para o desenvolvimento rural na medida em que fortalece a agricultura familiar, a importância da temática é de cunho social e econômico.

Além disso, o tema das políticas públicas está inserido em diversas ciências como a política, a economia, a administração, a sociologia e a geografia. O campo das políticas públicas que tem sido abordado pela ciência política, os campos científicos têm buscado também compreender como as instituições as elaboram, os modelos adotados e os objetivos previamente formulados, bem como procuram analisar a fase de implementação e sua posterior avaliação (FERNANDES, 2013).

Esta pesquisa ainda apresenta relevância uma vez que gerará subsídios para melhoria na execução do programa. Pretende-se, com base nos resultados, recomendar ações que sirvam como auxílio para melhoria na operacionalização desse programa no município de Presidente Prudente.

Assim, o tema dessa dissertação é interdisciplinar e relevante para a sociedade. Desta forma, este estudo se justifica tanto pela importância do tema para a academia quanto para a sociedade.

Acredita-se que este trabalho apresentará elementos sobre a sistemática de funcionamento do PNAE, apontando atores e fatores envolvidos na execução do PNAE no

município de Presidente Prudente. A escolha deste município se deu devido a sua representatividade para o Oeste Paulista, como será detalhada na metodologia.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo deste trabalho é analisar os atores e fatores envolvidos na operacionalização do PNAE no município de Presidente Prudente.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

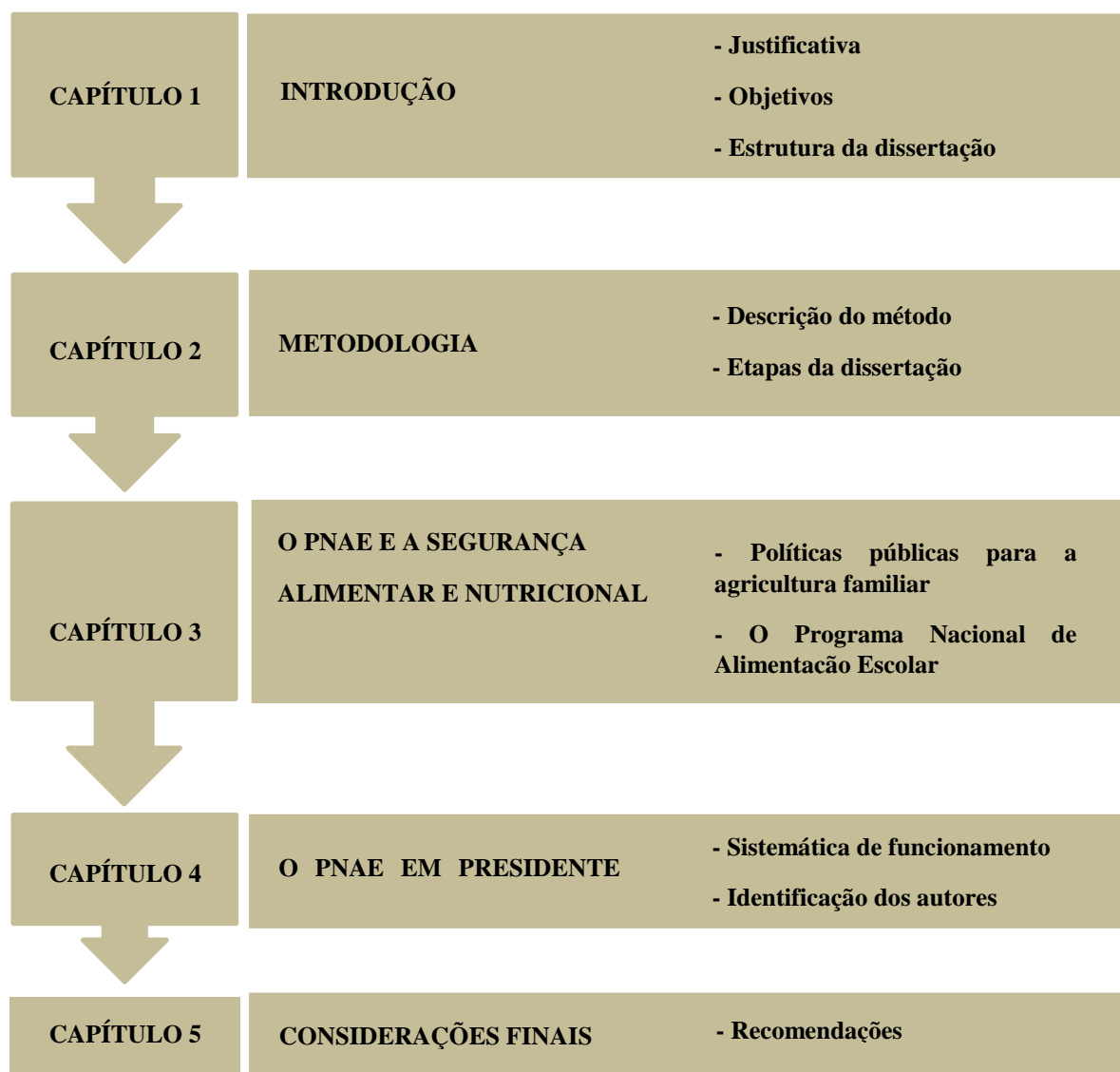
Mais especificamente, buscou-se:

- Descrever a sistemática de funcionamento do PNAE;
- Identificar os atores sociais envolvidos com o PNAE no município, bem como sua articulação;
- Identificar o perfil dos produtores participantes do PNAE no município.
- Recomendar, com base nos resultados, ações para superar as ineficiências do programa no município.

## **1.3 Esquema Geral da Dissertação**

A dissertação está organizada em cinco capítulos (Figura 1). O capítulo 1 – INTRODUÇÃO apresenta a problemática, a justificativa, os objetivos e o esquema geral da dissertação. O capítulo 2 – METODOLOGIA é onde está definida a metodologia que foi adotada para a execução da pesquisa. O capítulo 3 – O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL apresenta um levantamento histórico e evolutivo do PNAE desde sua criação na década de 1940 até o ano de 2016, bem como sobre o tema Segurança Alimentar. No capítulo 4 – O PNAE EM PRESIDENTE PRUDENTE buscou-se descrever a sistemática de funcionamento do PNAE no município de Presidente Prudente, para melhor compreensão do papel dos atores envolvidos e sua articulação no programa. Por fim, no capítulo 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS apresenta as conclusões da pesquisa, limitações, bem como sugestões e recomendações aos agentes envolvidos no programa.

Figura 1 – Esquema Geral da Dissertação



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho de pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, no anseio de levantar e analisar aspectos quanto à execução do PNAE no município de Presidente Prudente. A abordagem qualitativa é especialmente útil para determinar as razões ou os porquês, sustentando-se na análise, compreensão, aprofundamento e interpretação dos fatos (MINAYO, 2008).

Na pesquisa qualitativa é primordial a coleta de dados por meio de entrevista, na qual se oferece aspectos possíveis para que o entrevistado tenha a liberdade de responder espontaneamente, agregando informações à investigação (TRIVIÑOS, 1992).

Para melhor entendimento para o leitor desta dissertação, demonstra-se a seguir, no Quadro 1, um comparativo das diferentes características entre a pesquisa qualitativa, que será a base deste trabalho, e a pesquisa quantitativa.

**Quadro 1:** Comparativo das características entre pesquisa qualitativa e quantitativa

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>PESQUISA QUALITATIVA</b>	<b>PESQUISA QUANTITATIVA</b>
Foco da pesquisa	Qualidade (natureza e essência)	Quantidade (quantos, quanto)
Tipo de trabalho	Trabalho de Campo	Experimental, empírico, estatístico
Metas de investigação	Entendimento, descrição, generalização	Predição, controle, descrição, teste de hipótese
Amostra	Pequena, não-representativa	Grande, ampla
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevistas, questionário, observação)	Instrumentos manipulados (escala, teste)
Forma de análise	Indutivo	Dedutivo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Jubileu, 2011.

Considerando o caráter complexo do tema, optou-se por uma abordagem qualitativa capaz de promover a compreensão do PNAE no município de Presidente Prudente. Acredita-se que, como o método analítico descritivo serve para descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, este nos permitiu obter informações importantes sobre

o desempenho do programa, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas.

De acordo com Gil (2008), o método descritivo é utilizado para descrever características de populações ou fenômenos. Uma de suas características está na aplicação de técnicas unificadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

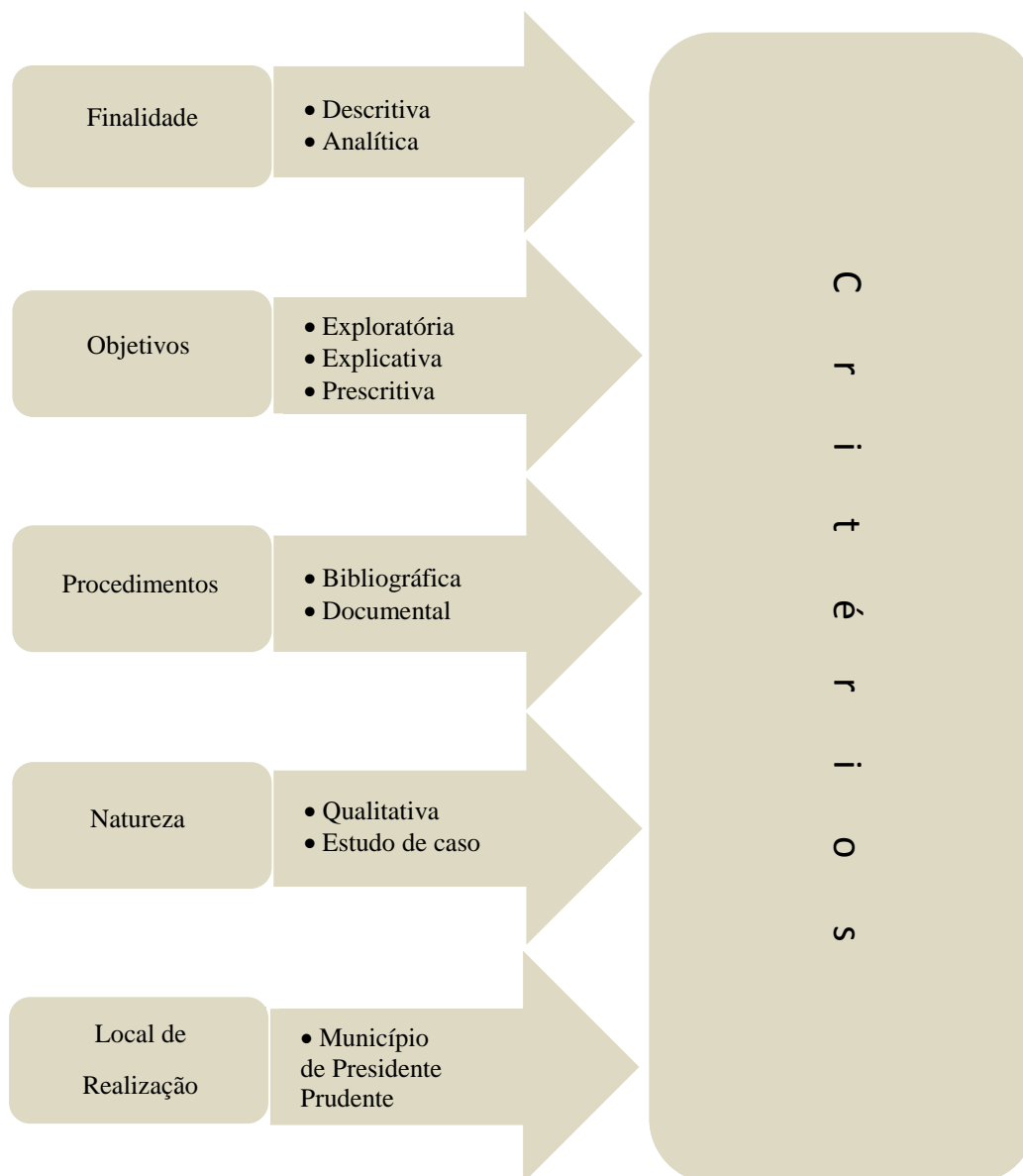
Desta forma, a pesquisa tem caráter descritivo, pois procura descrever as características de um determinado fenômeno ou relações existentes na realidade pesquisada. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou acontecimentos sem manipulá-los.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa bibliográfica dá direcionamento para o estado da arte, revela os problemas e trabalhos que já foram desenvolvidos com a mesma temática, permitindo assim estabelecer um modelo teórico que norteie a elaboração da pesquisa. Na pesquisa documental, a investigação se dá pelas informações contidas em “documentos” que registram fatos e/ou acontecimentos de um período.

Em consonância com o método, foram seguidos procedimentos técnico-científicos de estudo de caso com pesquisa bibliográfica para a etapa inicial no desenvolvimento do protocolo de verificação, buscando compreender a dinâmica do objeto de estudo.

A Figura 2 ilustra o esquema geral da metodologia utilizada neste estudo.

**Figura 2** – Esquema Geral da Metodologia de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor com base em MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.(2008).

## 2.1 Etapas da Dissertação

Para atender aos objetivos propostos nesta dissertação, utilizou-se a seguinte estrutura metodológica:

**ETAPA 1 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA:** foi realizada uma revisão bibliográfica para dar embasamento científico à pesquisa. Assim, pôde-se identificar pesquisas



desenvolvidas sobre o PNAE, dando embasamento e suporte teórico científico para alicerçar a análise.

Na ETAPA 2 – ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO: foi definido o escopo de como, onde e quem seriam pesquisados e as definições do por quê, bem como o processo de levantamento das informações no decorrer do estudo de caso, os agentes a serem entrevistados, o mecanismo de coleta de dados e a forma de análise dos resultados. Nessa etapa foram elaborados roteiros de entrevistas com perguntas norteadoras abertas.

Na ETAPA 3 – PESQUISA DE CAMPO: após elaborados os procedimentos de investigação, foi feita a aplicação dos roteiros de entrevista aos agentes envolvidos.

Os formulários foram destinados a cada agente identificado no processo de operacionalização do PNAE no município. Ao todo foram aplicados 28 formulários. As entrevistas foram realizadas pessoalmente nos meses de junho e julho de 2016. No caso dos produtores rurais os encontros foram em seus locais de trabalho, na central de recebimento dos alimentos e em feiras onde os produtores comercializam sua produção excedente.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa coletou dados de fonte primária junto aos agentes envolvidos no PNAE, por meio da indicação de agentes-chave que colaboraram para a pesquisa. Foram identificados os seguintes atores sociais no município de Presidente Prudente:

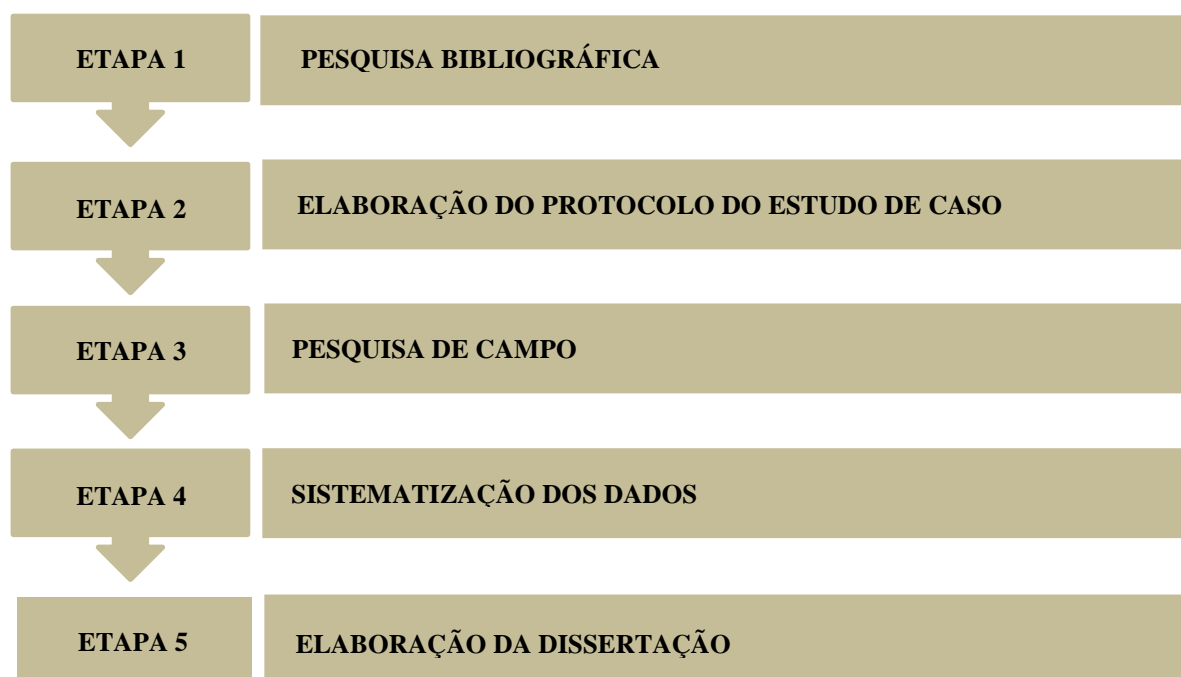
1. Associações:
  - Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais dos Bairros: 1º de Maio, Timburi, Ponte Alta;
  - Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Bairro Aeroporto;
  - ASCICAMPP - Associação dos Cidadãos do Campo de Presidente Prudente;
  - Associação de Agricultores Familiares da Fazenda São José.
2. Cooperativa:
  - COAF – Prudente (Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente).
3. Produtores rurais ligados às associações e cooperativa
  - Foram entrevistados 22 produtores rurais, fornecedores ativos do PNAE no momento da entrevista.

4. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo
  - CATI;
5. Prefeitura Municipal:
  - Setor de alimentação escolar;
  - Setor de licitações;
  - Setor jurídico;
  - Casa da Agricultura e
  - Setor de finanças.

Na ETAPA 4 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS: nessa etapa foram sistematizados os dados coletados na pesquisa de campo.

Na ETAPA 5 – ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO: apresenta-se os dados coletados e devidamente analisados juntamente com possíveis considerações quanto ao tema estudado no município.

**Figura 3** – Etapas da Dissertação



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Para análise dos atores e fatores envolvidos na execução do PNAE foi escolhido o município de Presidente Prudente. A escolha desse município se deu por este se caracterizar como de médio porte, ter relevância econômica e servir como referência para diversos municípios do oeste paulista.

Presidente Prudente é um município brasileiro, localizado no interior do estado de São Paulo. Ocupa uma área de 562,1 km<sup>2</sup>, sendo que 16,5600 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. Sua população foi estimada no ano de 2010 em 222.192 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

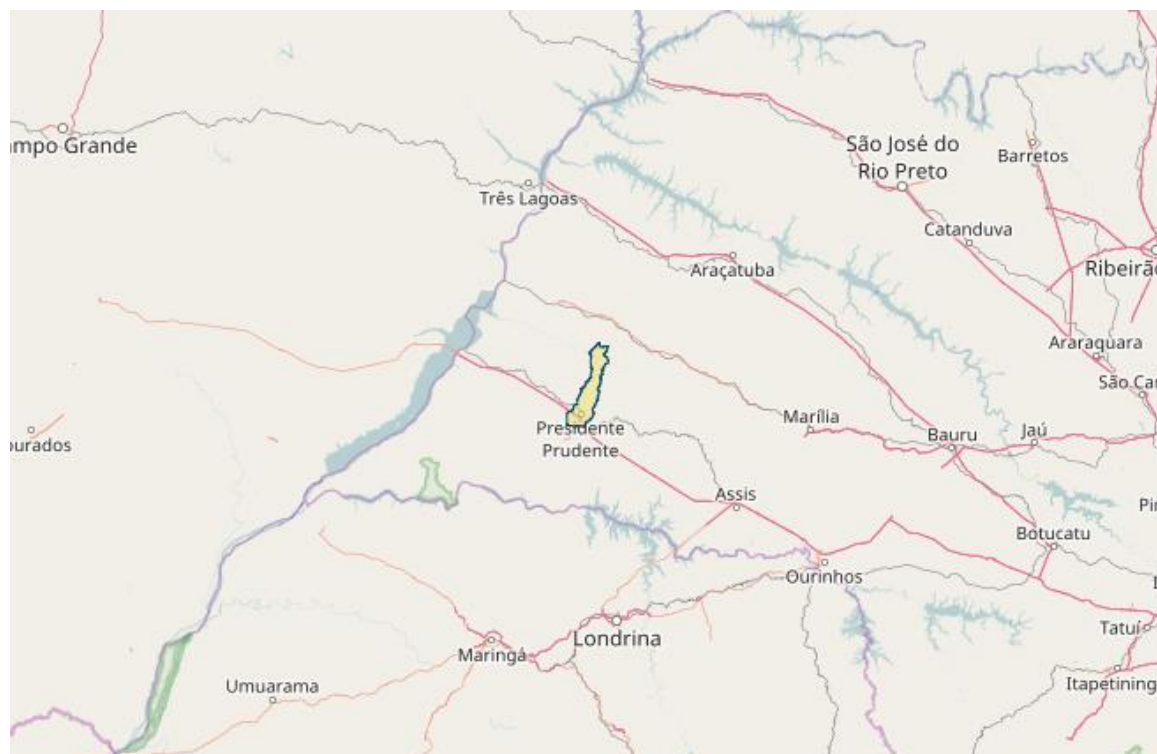
Atualmente o município é formado pela sede de Presidente Prudente, subdividida em cerca de 220 bairros, além dos 4 distritos.

A Secretaria Municipal de Educação – SEDUC do município de Presidente Prudente é a maior rede pública de ensino do Pontal do Paranapanema, com 61 escolas, sendo 57 em prédio próprio e quatro (4) conveniadas. Atende a Educação Infantil – berçário, maternal e pré-escola (0 a 5 anos); Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano; e Educação de Jovens e Adultos (PRESIDENTE PRUDENTE, 2016, s. p.).

O município também tem relevância devido ao seu posicionamento geográfico, estando a aproximadamente 100km das divisas entre dois estados, o de Mato Grosso do Sul e o do Paraná.

A Figura 4 apresenta a localização do município em estudo e seu posicionamento em relação ao Estado de São Paulo.

**Figura 4** – Localização do município de Presidente Prudente – SP



Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. BRASIL, 2017e

No município de Presidente Prudente, a agropecuária tem um papel importante como atividade econômica na geração de renda, contribuindo com um PIB na agropecuária de R\$ 30.191 em relação ao PIB estadual da agropecuária de R\$ 27.335.096 (SEADE, 2017). Apesar da fragilidade econômica vivida por grande parte desses pequenos produtores rurais que se dedicam às atividades agrícolas, em sua estrutura fundiária há uma forte presença de pequenas propriedades rurais.

De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o município de Presidente Prudente tem um total de 868 Estabelecimentos Rurais familiares e não familiares, sendo que 680 destes estabelecimentos são familiares, que correspondem a cerca de 78% do número total, enquanto o restante, de 188 não familiares, representa apenas 32% (BRASIL, 2016e). No entanto, os estabelecimentos não-familiares ocupam cerca de 67% da área total dos estabelecimentos, enquanto os familiares correspondem a cerca de 33% ((BRASIL, 2016e). A área ocupada pelos estabelecimentos rurais no município é de 33.417ha.

Segundo o IBGE (2015), os principais tipos de lavouras temporárias e permanentes do município de Presidente Prudente são demonstrados no QUADRO 2:

**Quadro 2:** Principais tipos de lavouras temporárias e permanentes do município de Presidente Prudente

Principais produtos das lavouras temporárias e permanentes	Área plantada (ha)	Número de Estabelecimentos rurais
Lavouras Temporárias	3495	408
Lavouras Permanentes	690	298
Pastagens naturais	9459	311
Pastagens degradadas	1214	47
Pastagens em boas condições	12881	348
Matas e florestas	1619	320
Sistemas agroflorestais	2704	84
<b>Total</b>	<b>32062</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. BRASIL, 2017f.

### 3 O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Este capítulo buscou discutir a importância da Segurança Alimentar e Nutricional para nortear a análise do PNAE, o qual segue parâmetros nutricionais propostos na SAN.

Conforme citado na introdução desta pesquisa, o PNAE busca suprir as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em períodos de estudo, colaborando para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Assim, é pertinente compreender a sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito de todos ao acesso regular e constante a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares para saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2015c).

Esse conceito ganhou força a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945. No interior das recém-criadas organizações intergovernamentais já se podia observar a preocupação política entre os organismos que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano (a FAO, o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial) (BRASIL, 2016a).

Segundo Valente (2002, p. 41):

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biologicamente ou quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional.

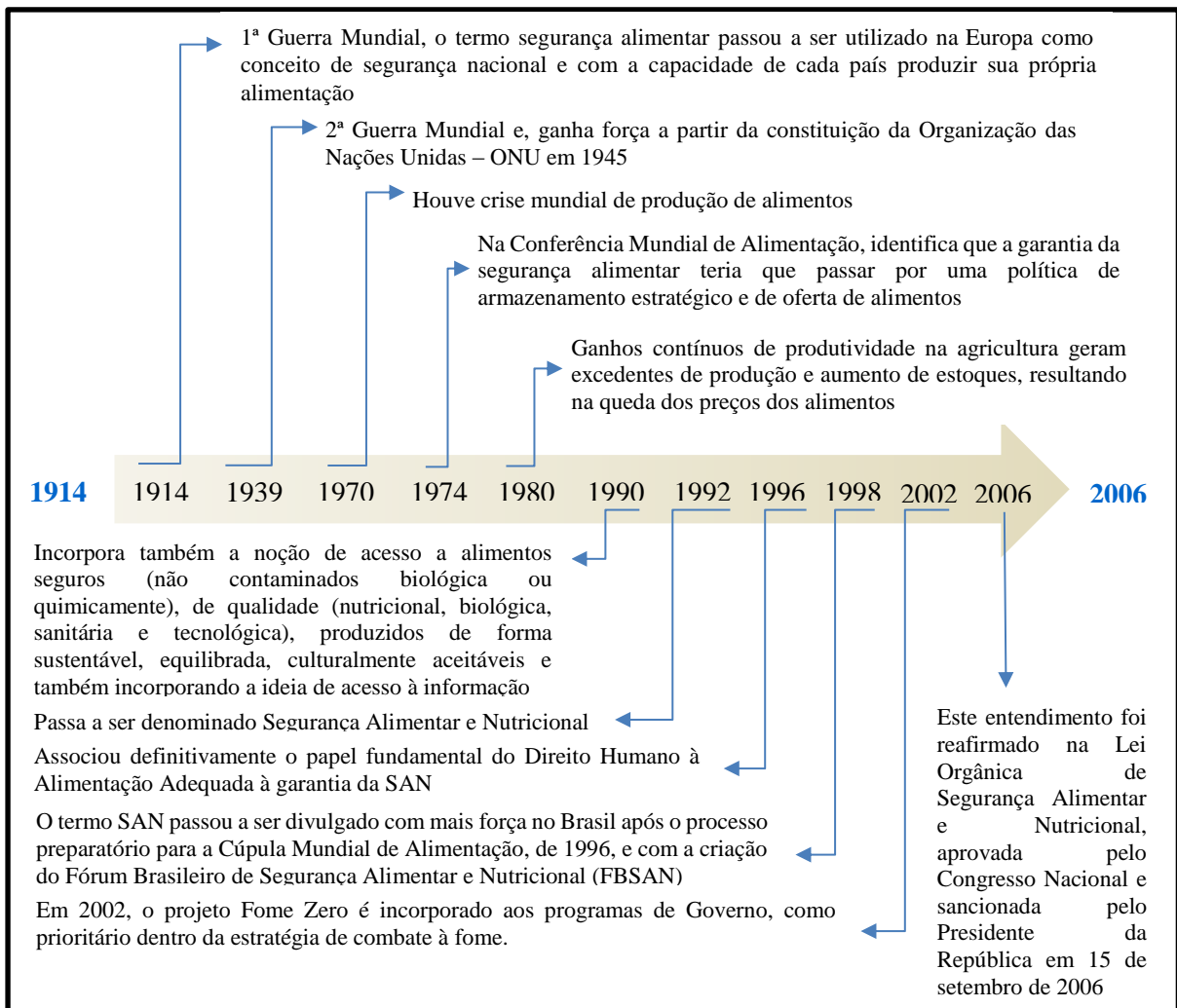
Em 2003, estando na presidência do Brasil, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o Fome Zero foi incorporado aos programas de Governo como prioritário dentro da estratégia de combate à fome e a pobreza. Para a operacionalização do programa, no início do Governo foi criado o Ministério Extraordinário de Combate à Fome e a da Segurança Alimentar (MESA), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), e o tema da segurança

alimentar ganhou maior importância, evoluindo para tornar-se uma política pública (BRASIL, 2015g).

Dentro deste contexto, destaca-se, o estabelecimento da estratégia nacional de combate à insegurança alimentar e nutricional, o Programa Fome Zero (PFZ); a recriação do CONSEA; a promulgação da Lei nº 11.346/2006 (BRASIL, 2015e) – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - em 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010; e a inclusão do direito humano à alimentação adequada (DHAA) na Constituição federal, por meio da Emenda Constitucional nº de 64/2010 (FERNANDES, 2013).

Segundo Hirai e Anjos (2007), os objetivos centrais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) voltaram-se não apenas à questão do auxílio às necessidades alimentares da população e soberania na produção agroalimentar, mas à inclusão e acesso aos alimentos, às falhas nutricionais e à qualidade da alimentação.

Resumidamente apresenta-se na figura 5 a linha do tempo da SAN:

**Figura 5 – Evolução de SAN**

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ABRANDH (2013).

Paulillo e Almeida (2005) afirmam que há necessidade de respeito à diversidade das culturas alimentares em SAN, destacando a importância da valorização da produção local. Assim, há uma relação direta com as características do PNAE no sentido de respeito à diversidade da cultura alimentar de cada região.

Para Triches e Schneider (2010), estas características se constituem a partir de dois componentes básicos: o componente alimentar, relacionado ao acesso ao alimento, englobando as questões relativas à produção e à comercialização do mesmo; e, o componente nutricional, relacionado ao estado nutricional da população, englobando os hábitos alimentares.



Para Alves (2008), o direito à segurança alimentar e nutricional devem atender prioritariamente a população de maior risco e vulnerabilidade social. Alves ressalta que boa parte do mundo não apresenta nos dias de hoje falta de alimentos, mas sim problemas relacionados ao acesso a estes.

Já segundo Fernandes (2013), para que aconteça de maneira coerente, uma política de segurança alimentar não basta assegurar apenas a população em caráter de vulnerabilidade, mas é também de fundamental importância que haja uma inclusão social da população do campo. Dessa forma, alcançando também a oferta (com as novas possibilidades de venda dos alimentos de pequenos agricultores e fabricantes de alimento do município e da região).

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares por meio dos programas de compras institucionais como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são utilizados para a minimização dos problemas de insegurança alimentar no país. O PAA, por exemplo, atua na aquisição de produtos da agricultura familiar e doação de alimentos às populações em situação de risco nutricional, programas sociais públicos, abastecimento de creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes, e ainda através das compras de alimentos para o atendimento de órgãos públicos com demanda regular de consumo de alimentos, tais como hospitais, presídios, forças armadas, entre outros. Os recursos financeiros destinados pelo governo federal são executados por meio do MDS e do MDA em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2015f).

No caso do PNAE, os alimentos fornecidos devem prover no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes matriculados na educação básica em período parcial. Quando são oferecidas duas ou mais refeições, a alimentação escolar deverá suprir no mínimo 30% das necessidades nutricionais e, quando em período integral, no mínimo 70%. Para alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas ou remanescentes de quilombolas, cada refeição fornecida deverá suprir 30% das necessidades. As refeições devem suprir as necessidades nutricionais dos alunos de maneira diferenciada para cada faixa etária e para os quem possuem necessidades nutricionais específicas, como doença celíaca, diabetes, entre outras (BRASIL 2015d).

Os cardápios devem ser elaborados por nutricionista e seguir algumas normatizações com relação ao tipo de produto oferecido e ao cálculo de nutrientes, como: ofertar no mínimo três porções de frutas e hortaliças por semana, devendo ser escolhidos respeitando as questões de variedade, segurança sanitária, hábitos alimentares saudáveis,

cultura e tradições de cada região. Além disso, é proibida a aquisição, com recursos do PNAE, de bebidas de baixo conteúdo nutricional, tais como refrigerantes, refrescos artificiais, concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para o consumo e similares. A aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi-prontas ou prontas para o consumo ou alimentos concentrados (em pó), bem como com quantidade elevada de sódio é restrita ao máximo de 30% do recurso (BRASIL 2015d).

Além disso, o programa tem como base o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para compra de alimentos variados, de preferência produzidos e negociados em âmbito local, priorizando os alimentos orgânicos ou agroecológicos (BRASIL, 2015d).

Para Morgan e Sonnino (2010), o serviço de alimentação nas escolas é um medidor do compromisso de uma sociedade com seu desenvolvimento porque atende um público jovem e vulnerável, cujos gostos físicos e modos de pensar ainda estão em formação.

Conforme tais argumentos e no interesse de destacar a formação de hábitos alimentares saudáveis, o PNAE propõe: o respeito aos hábitos alimentares saudáveis, como as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local, ponderando a vocação agrícola da região; a criação de condições para a melhoria da qualidade da alimentação, através da incorporação de 70% de alimentos básicos (*in natura* e semi-elaborados); a garantia de uma dieta mais variada; o estímulo à formação de bons hábitos alimentares; e a promoção da educação nutricional no ambiente escolar (CHAVES et al, 2009; SANTOS et al, 2007).

O papel do FNDE, como órgão responsável pela coordenação do PNAE, é fundamental para a sustentação e execução da legislação ao incentivo do desenvolvimento local, promovendo os esclarecimentos necessários, apoiando os projetos de capacitação dos agentes envolvidos na compra dos alimentos da agricultura familiar e cobrando a execução destas compras diretas.

### **3.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

O ano de 2014 foi declarado Ano Internacional da Agricultura Familiar, com o intuito de promover esforços no sentido de aumentar a visibilidade e promover ações para o fortalecimento da agricultura familiar no mundo. Assim, a FAO tem facilitado a implementação de programas de cooperação para o fortalecimento da agricultura familiar com os governos dos países, agências internacionais de desenvolvimento, organizações de agricultores e outras organizações relevantes das Nações Unidas (CHIRITESCU; KRUZSLIČKA, 2015).

Os agricultores familiares são responsáveis por parte significativa da produção brasileira, além de empregar a força de trabalho familiar e, muitas vezes, absorver mão de obra de trabalhadores temporários em certas fases do processo produtivo, especialmente na colheita (VELOSO, 2011).

A agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros (70% do feijão, 83% da mandioca, 69% das hortaliças, 58% do leite, 51% das aves) e responde de 74% da mão de obra no campo. Contribui ainda com 33% do valor bruto da produção agropecuária, de acordo com o último censo agropecuário (BRASIL, 2015a).

Apesar da importância da agricultura familiar, observa-se que a política voltada a esse segmento é recente. No Brasil, pode-se afirmar que anterior ao ano de 1990, não havia política pública específica para o fortalecimento da agricultura familiar, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2006).

Segundo Shneider (2006, p. 100):

A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe prestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Em meados da década de 1990, com a adoção do termo agronegócio, altamente tecnificado, a agricultura familiar popularizou-se como expressão, compreendida como antagônica ao mesmo. O procedimento para consolidação do termo “agricultura familiar” ganhou lugar no movimento sindical e nos espaços governamentais e acadêmicos, a partir de pesquisas realizadas por equipes da FAO e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Pecuária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (SAUER, 2008).

De acordo com Sauer (2008), o termo “agricultura familiar” buscou romper com os pontos negativos ligados à agricultura em pequena escala, como agricultura de subsistência, ineficiente e com baixa produtividade.

Para Altafin (2008 p. 13), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

No entanto, isso não é o que determina a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, como citado anteriormente. De acordo com Pedroso (2014), a agricultura familiar deve ser compreendida como uma atividade econômica, assim é necessário atender às normas e demandas do mercado e demonstrar resultados financeiros positivos. Nesse sentido, a autora critica dois pontos determinados pela Lei 11.326, o limite na contratação de mão de obra assalariada e o desincentivo à geração de renda não-agrícola.

Algumas características são predominantemente fortes na agricultura familiar, como a policultura com oferta de produtos variados e a questão da preservação ambiental e sustentável, ganham cada vez mais destaque. Essas características dão forças à produção de alimentos orgânicos ou obtidos por meio da agroecologia, que fortalece os produtos da Agricultura familiar com qualidade e responsabilidade socioambiental (BRASIL, 2015d).

Assim, a agricultura familiar tem grande importância no abastecimento alimentar brasileiro, colaborando para a melhoria de ganhos financeiros e na sustentabilidade das atividades agrícolas. Levando-se em consideração o fornecimento de alimentos para o Brasil, a agricultura familiar também é importante por desenvolver culturas variadas (BRASIL, 2015d). No entanto, até a década de 1990 havia poucas políticas específicas voltadas a esse segmento.

A partir da década de 1990, diante das pressões de setores ligados aos movimentos sindicais e sociais, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o governo foi induzido a criar uma linha de crédito destinada aos pequenos produtores rurais, pois até então não existia nenhuma linha de financiamento para esse segmento social (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2004). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi regulamentado pelo Decreto 1.946 de 28/06/1996. Com esse programa, o governo objetivava promover o desenvolvimento sustentável rural formado por agricultores familiares, para propiciar melhoria da produtividade, a geração de emprego e a melhoria da renda (VELOSO, 2011).

Posteriormente, em julho de 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696. Esse programa apresentava duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar por meio da compra institucional do excedente de produção. Além disso, o programa promove o provimento de alimentos por meio de compras governamentais; fortalece redes locais e

regionais de comercialização; valoriza a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos; estimula hábitos alimentares saudáveis; e busca desenvolver o cooperativismo e o associativismo (MDA, 2012; HESPANHOL, 2013).

Ainda como instrumento de política pública para fomentar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o PNAE é referência como política pública que tem permanecido com maior tempo no país, contribuindo para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dos estudantes, sendo considerado um dos mais abrangentes programas na área de alimentação escolar do mundo (FERNANDES, 2013).

Sua representatividade fez com que o Brasil promovesse a difusão do PNAE no âmbito da América Latina, Caribe, África e Ásia, na implementação de programas similares em países em desenvolvimento (PEIXINHO, 2013).

Para Pedroso (2014), existem riscos e incertezas governamental e político-institucionais, que podem manifestar-se de várias formas nos mercados agropecuários internos. Apesar do PNAE ter uma legislação própria, regido pela Lei nº. 11.947/2009, que assegura a manutenção do programa, problemas relacionados às trocas de governos federal, estadual e municipal podem influenciar no repasse financeiro. Problemas como atrasos de pagamento podem influenciar na tomada de decisão do produtor em participar do PNAE, pois este canal pode se tornar menos atrativo que os mercados locais e regionais.

Reforçando esse raciocínio, Triches; Baccarin (2016), afirmam:

Outras questões merecem reflexão: a) a dificuldade de sustentar um Programa que pode significar aumento de gasto público, verificando assim, as diferenças entre o processo licitatório convencional e a chamada pública, b) a diferença entre o preço recebido pelo agricultor e o preço do comércio atacadista e varejista e até onde essa margem de comercialização, que tende a ser folgada, poderia diminuir ou ser eliminada em benefício do agricultor familiar, c) até que ponto isso não daria margem a atitudes oportunistas (no sentido econômico), com empresas não vinculadas a agricultores familiares, forjando a participação dos mesmos e obtendo vantagens na comercialização de seus produtos, e d) quais os pontos que diferenciam os agricultores locais, de forma que alguns conseguem e outros não participarem da implantação da lei.

### **3.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar**

Por ser o objeto central de análise dessa dissertação, o PNAE é discutido separadamente de outros programas de governo nessa seção. Tal conhecimento é a base para análise da execução do programa no município de Presidente Prudente, tratado posteriormente.

Com base em FNDE (2016d) e Procópio (2015), a seguir é descrito brevemente histórico da evolução do PNAE desde 1940 a 2009.

Na década de 1940, foi criado o Instituto de Nutrição que defendia a ideia de que o Governo Federal deveria oferecer alimentação aos estudantes da rede pública. Na década seguinte, foi proposto um amplo Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, nomeado como Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Neste, pela primeira vez, se desenha um programa de merenda escolar de amplitude nacional, sob a responsabilidade do Estado.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.

No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65.

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou garantido o direito à alimentação escolar aos alunos, sendo oferecido pelos governos Federal, Estaduais e Municipais.

A execução do PNAE até 1993 se deu de forma centralizada, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

Em 1994, ocorreu a descentralização dos recursos para execução do Programa que foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Às secretarias estaduais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização.

Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.

A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem

a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo.

Como principais avanços para o PNAE, cita-se a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98). Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos ou *in natura* e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Segundo a cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, compreende-se de forma geral por produtos básicos ou *in natura* na cultura alimentar do brasileiro: açaí, leite em pó, açúcar, leite fluido, amido de milho, lentilha, arroz, macarrão, banha, mandioca, batata doce, manteiga, batata inglesa, margarina, biscoito de polvilho, mel de abelha, bolacha doce (tipo maisena), melado de cana, bolacha salgada (tipo cracker), milho para canjica (mungunzá), café, milho para pipoca, canjiquinha/xerém, miúdos congelados, cará, miúdos resfriados, carne bovina congelada, óleo de soja, carne bovina fresca, ovos, carne bovina resfriada, pão, carne salgada, pescado congelado, carne suína congelada, pescado fresco, carne suína fresca, pescado resfriado, carne suína resfriada, polpa de frutas, charque ou carne seca, polpa de tomate, creme de milho, polvilho, farinha de mandioca, queijo de coalho, farinha de milho, queijo de minas, farinha de rosca, rapadura, farinha de tapioca, sagu, farinha de trigo, sal, fécula de batata, sardinha em conserva (óleo), feijão, sêmola de milho, frango abatido congelado, soja em grão, frango abatido fresco, suco de laranja concentrado, frango abatido resfriado, suco natural, frutas, temperos, fubá, toucinho defumado, grão de bico, trigo para quibe, inhame, verduras/hortaliças, legumes, vinagre.

Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

A partir de 2006 foi determinada a exigência da presença de nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade da alimentação e do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.

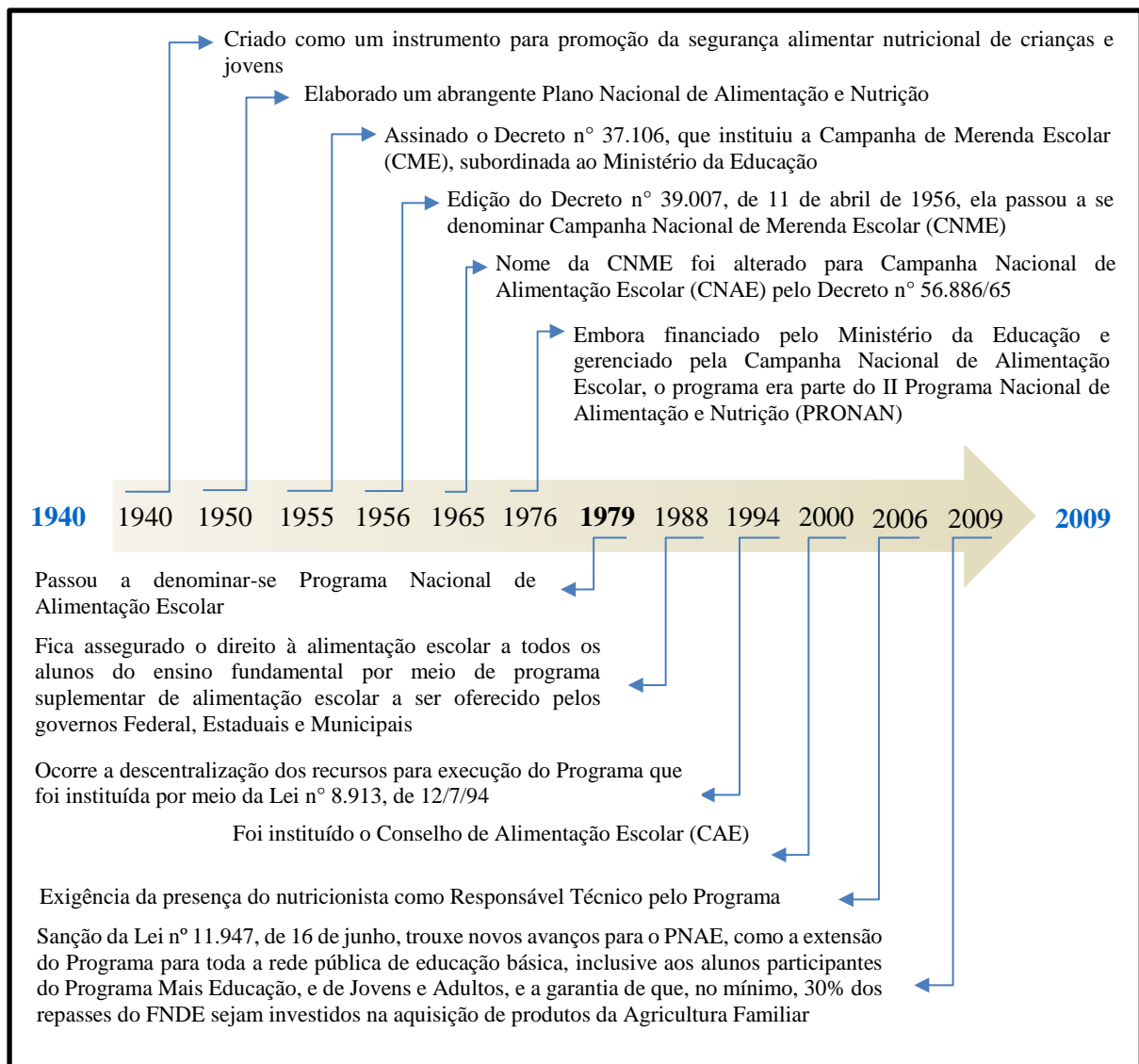
Outro marco que merece destaque, a partir de 2006, foi o estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos

Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merece destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no PNAE.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da Agricultura familiar.

Resumidamente apresenta-se na figura 6 uma linha do tempo da evolução do PNAE no período compreendido entre 1940 e 2009.

**Figura 6** – Evolução do PNAE





Fonte: Elaborado pelo autor com base em FNDE (2016).

Através de políticas públicas como o PNAE, o Estado passa a melhorar formas de produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis de acordo com as diretrizes da SAN, visando permitir a melhoria do acesso aos produtos da agricultura familiar aos estudantes e garantia de aquisições locais pelo poder público (CONRAD, 2011).

Segundo Wilkinson (2004, p. 70), são exemplos da expansão das ações locais nos anos 1990:

[...] o uso da alimentação escolar como estímulo à produção local, a promoção de hortas municipais e feiras, a adaptação de legislação tributária e de fiscalização sanitária, o estímulo ao associativismo, a promoção de formação e o fornecimento de assistência técnica aos produtores, entre outras medidas para a adequação de produtos ao mercado.

O Estado brasileiro tem providenciado, nas últimas décadas, políticas que aproximam, consumidores e produtores rurais no nível local. Estas políticas visam à modificação dos níveis de consumo, no que diz respeito à aceitação de alimentos mais saudáveis e adequados, principalmente por parte dos estudantes. Soma-se a isso, a revitalização com novos aspectos de mercado para a agricultura familiar. Ações como a obrigatoriedade em lei das compras da agricultura familiar para alimentação escolar poderão trazer, além dos benefícios diretos aos agricultores familiares fornecedores, a garantia de comercialização de parte de sua produção, o fortalecimento da categoria e a possibilidade de acesso a outros mercados (FERNANDES, 2013).

Nesse sentido, segundo Gazolla e Schneider (2007), o Estado passa a considerar os agricultores familiares como prioritários para as compras públicas, como estímulo a esta forma social de produzir e trabalhar, a qual precisa de amparo contínuo e mantendo-se na sociedade atual. Isto representa um avanço significativo das ações do Estado para com este segmento social (FERNANDES, 2013).

Após a consolidação de políticas tradicionais para este público, como crédito, assistência técnica e seguro agrícola, o Estado tem desenvolvido mecanismos diferenciados de comercialização da produção, possibilitando a melhoria da renda dos agricultores, bem como a perspectiva de incremento na sua atividade produtiva, na medida em que potencializa seu acesso aos mercados institucionais (FERNANDES, 2013).

A Lei nº 11.947/2009 define em seu artigo 14 que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% destes recursos sejam

destinados diretamente aos produtores familiares, podendo ser dispensado do processo licitatório. Esta é uma inovação fundamental em prol da construção de mercados institucionais para os agricultores familiares.

Apesar da Lei nº 11.947/09 estabelecer que as prefeituras devem aplicar, no mínimo, 30% do orçamento destinado à alimentação escolar com produtos da agricultura familiar, vale destacar que esta lei também estabelece situações em que é permitida a dispensa deste percentual mínimo no caso de: a) impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; b) inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; c) condições higiênico-sanitárias inadequadas.

O preço de venda dos produtos é determinado pela lei 11.947 de 16/06/2009, resolução CD/FNDE 26 de 17/06/2013 e de 04/02/2015:

Segundo o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, definem em seu Conselho Deliberativo a Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015...

...Art. 29 O preço de aquisição dos gêneros alimentícios será determinado pela EEx., com base na realização de pesquisa de preços de mercado.

§1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

§2º Na impossibilidade da pesquisa ser realizada em âmbito local, deverá ser realizada ou complementada em âmbito territorial, estadual ou nacional, nessa ordem.

§3º: Os preços de aquisição definidos pela EEx. deverão constar na Chamada Pública, e serão os preços pagos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício.

§4º Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, a EEx. poderá acrescentar aos preços desses produtos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2015d).

Os repasses dos recursos são feitos diretamente aos estados e municípios, de acordo com o Censo Escolar realizado no ano anterior, e podem ser fiscalizados pela sociedade por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP) (BRASIL, 2015a).

Uma regra ou norma que dificulta a adaptação de um ator local – seja uma prefeitura, uma secretaria, associação ou cooperativa de agricultores envolvidos ou exigências de determinadas licitações etc (ALMEIDA et al., 2006).

Segundo Martins; López (2015), a abertura dos mercados institucionais para os pequenos agricultores familiares para comercializar os seus produtos, nem sempre é um processo simples. Na prática, existem problemas de vários tipos:

- Os agricultores não têm documentação mínima exigida;
- Não possuem infraestrutura para a manipulação e distribuição pós-colheita;
- Embalagens usadas são inadequadas;
- Logística precária quanto às rotas.

Já há alguns anos, levantamentos realizados por órgãos governamentais e trabalhos de pesquisas acadêmicas apontam algumas dificuldades para a operacionalização do PNAE. De acordo com SOARES (2011); BACCARIN et al. (2011), dentre os principais problemas apresentados pelos gestores públicos estão:

- A falta de organização dos agricultores familiares;
- Dúvidas referentes à legislação por parte de ambos;
- Deficiências na comunicação entre os gestores do programa;
- Dificuldades de logística;
- Falta de capacitação técnica de servidores e ausência de critérios técnicos para a definição dos repasses dos recursos e,
- Falta de divulgação das informações do programa focada nos recursos transferidos

De acordo com Belik et al. (2004), a descentralização dos recursos destinados para o PNAE, ocorrida em 1994 foi um grande avanço, que favoreceu a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de melhorar a oferta de alimentos para os estudantes conforme o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país. As compras institucionais descentralizadas possibilitaram a inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional. Entretanto, o processo de descentralização também revelou novos desafios como a gestão operacional do programa.

Observou-se que houve um aumento no valor absoluto destinado à alimentação escolar no período de 1995 a 2014, passando de 590 milhões de reais para 3,7 bilhões. De acordo com dados do FNDE (2017), nesse mesmo período houve aumento de 27,1% no número de alunos atendidos. A Tabela 1 a seguir demonstra os valores deflacionados para o período de análise.

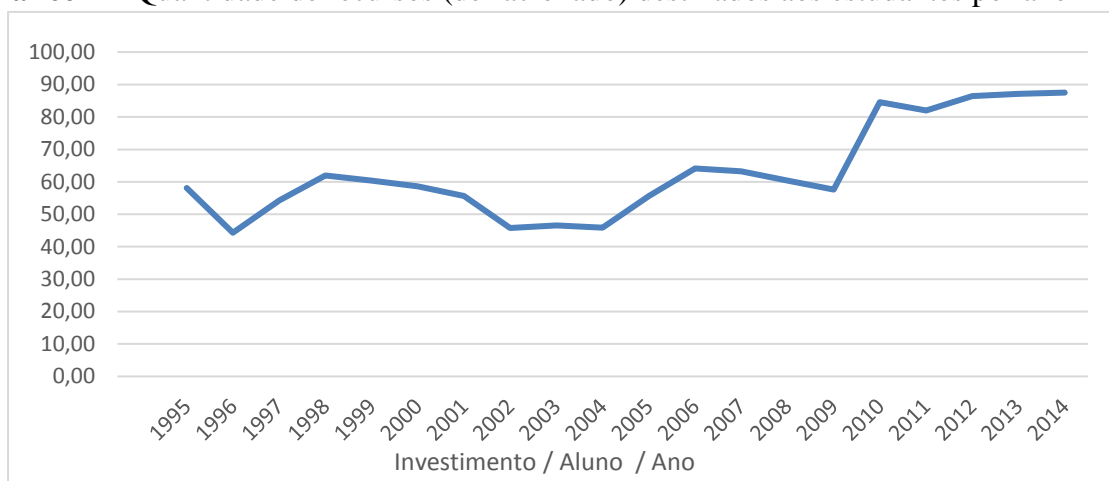
Mediante a deflação dos recursos repassados em 20 anos, fica nítido o aumento no valor por parte governamental com melhora nos recursos destinados de 590,1 milhões para 3.693 bilhões, gerando um acréscimo de 525,8%. A relação da quantidade de alunos atendidos, esta se manteve em proporções bem menores, passando de 30,5 milhões para 42,2 milhões de atendidos, com crescimento de apenas 27,1%. Porém, feita deflação dos períodos, o valor de investimento por aluno teve oscilações, sendo que o ano de menor valor do repasse foi o de 1996 com R\$ 44,31 e, o máximo valor até o ano de 2014 com valor do repasse de R\$ 87,51 por estudante ao ano.

O Gráfico 1 abaixo da tabela 1, demonstra os repasses destinados à alimentação escolar, conforme citado acima.

**Tabela 1:** Número de alunos atendidos e recursos destinados ao PNAE no período de 1995 a 2014

Ano	Alunos Atendidos (milhões)	Recursos destinados (milhões de R\$)	Valor Deflacionado (milhões de R\$)	Investimento / aluno (R\$)
2014	42,2	3.693	3.693	87,51
2013	43,3	3.542	3.842	87,12
2012	43,1	3.306	3.629	86,48
2011	44,4	3.051	3.009	82,00
2010	45,6	3.034	3.291	84,54
2009	47,0	2.013	2.994	57,64
2008	34,6	1.490	1.619	60,40
2007	35,7	1.520	2.185	63,26
2006	36,3	1.500	3.062	64,17
2005	36,4	1.266	1.426	55,65
2004	37,8	1.025	865	45,88
2003	37,3	954,2	658	46,60
2002	36,9	848,6	434	45,81
2001	37,1	920,2	769	55,61
2000	37,1	901,7	968	58,57
1999	36,9	871,7	625	60,42
1998	35,3	785,3	3.051	61,97
1997	35,1	672,8	826	54,30
1996	30,5	454,1	304	44,31
1995	33,2	590,1	168,79	58,09

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Portal Brasil (<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>), com informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2016).

**Gráfico 1** – Quantidade de recursos (deflacionado) destinados aos estudantes por ano

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Tabela 1.

O valor repassado pela União aos estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino (FNDE, 2017g):

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

## **4 O PNAE EM PRESIDENTE PRUDENTE**

Nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. *A priori* é feita uma descrição da operacionalização do PNAE no município de Presidente Prudente, identificação dos agentes sociais envolvidos no programa, e recomendações para melhorias deste.

A partir do levantamento de informações acerca da operacionalização do PNAE, atores sociais envolvidos e fatores relacionados ao cumprimento da legislação, são propostos os tópicos 4.1 Sistemática de Funcionamento do PNAE em Presidente Prudente, 4.2 Identificação dos Atores Sociais, 4.3 Dificuldades relacionadas ao PNAE no município e 4.4 Recomendações que Sirvam como Subsídio para Melhoria do PNAE em Presidente Prudente.

Estruturada dessa forma, possibilitou-se nesta pesquisa, maior aproximação com a realidade local, sistemática de funcionamento, identificação dos atores sociais envolvidos, bem como alguns problemas, oferecendo assim subsídios e informações para recomendação de ações para melhoria do programa.

### **4.1 Sistemática de Funcionamento do PNAE em Presidente Prudente**

As aquisições dos alimentos provenientes da agricultura familiar nos municípios, sejam de grande, médio ou pequeno porte, são conduzidas por meio de processos licitatórios ou chamadas públicas simplificadas (FNDE, 2017b).

No caso do município de Presidente Prudente, é realizada Chamada Pública<sup>2</sup> anualmente para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução n.º 26 do FNDE, de 17/06/2013. Como pode-se observar na Chamada Pública n.º 002/2016 (Anexo 1) encontram-se descritos os produtos e quantidades que devem ser entregues semanalmente (FNDE, 2017b).

Em caso de empate na Chamada Pública entre grupos formais, previsto na Lei 11.947 de 2009, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica (BRASIL, 2016e).

---

<sup>2</sup> Chamada Pública é a publicação de um edital cuja finalidade é a ampla divulgação, para assegurar a publicidade dos atos da administração pública, da contratação de obras e/ou serviços públicos, nos casos em que é dispensada a licitação, conforme o art. 24 da Lei 8666/93.

No §7º da Lei 10.831 de 23/12/2003 diz que, em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas (BRASIL, 2016e).

No ano de 2014, foi realizado repasse no valor de R\$3.229.381,20 pelo FNDE para serem destinados à alimentação escolar do município de Presidente Prudente (BRASIL, 2016c). Deste total, foram empregados um montante de R\$1.468.824,95 para as compras da agricultura familiar, correspondendo a 45,48% do total repassado, vejamos Tabela 2:

**Tabela 2** – Repasses e participação da agricultura familiar do município de Presidente Prudente

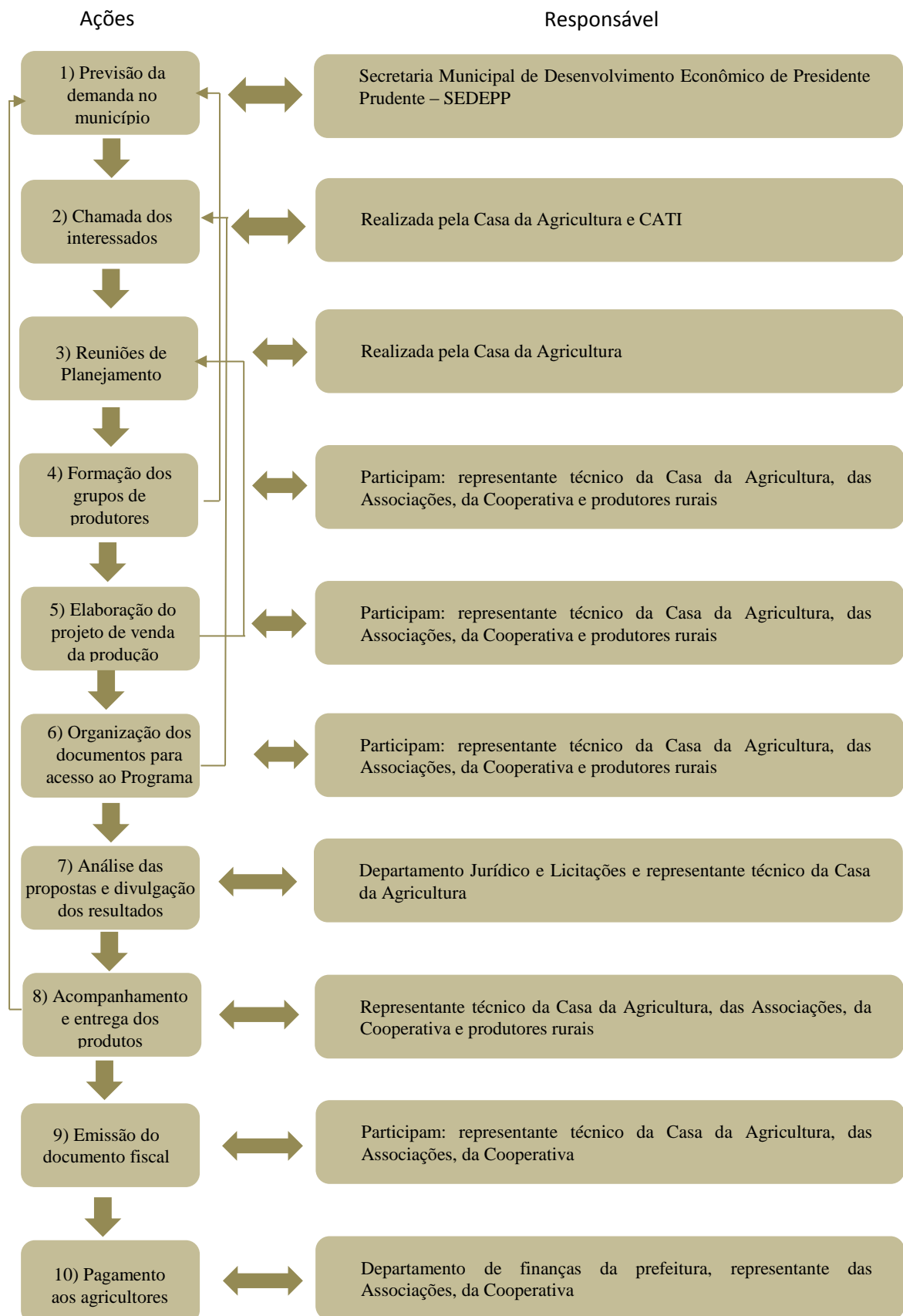
<b>Ano</b>	<b>Repasse FNDE</b>	<b>Repasses para a agricultura familiar de Presidente Prudente</b>	<b>Participação da agricultura familiar</b>
2014	3.229.381,20	1.468.824,95	45,48%
2013	3.478.540,00	1.090.109,34	31,34%
2012	2.858.268,00	845.325,30	29,57%
2011	2.645.400,00	803.751,85	30,38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em FNDE, 2016c.

Observa-se que no período de 2011 a 2014 houve aumento dos repasses para o município e na participação da agricultura familiar nas compras para a alimentação escolar. Desde o ano de 2011 o município cumpre a determinação da Lei.n. 11.947/2009, realizando 30,38% das compras da agricultura familiar. No ano de 2012 houve pequena redução, retomando o crescimento da participação a partir de 2013. Em 2014, 45,48% do recurso destinado à alimentação escolar foi aplicado nas compras de agricultura familiar.

A seguir apresenta-se o fluxograma do processo de aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar no município de Presidente Prudente (Figura 7).

**Figura 7:** Fluxograma do processo de aquisição dos alimentos para o PNAE no município de Presidente Prudente.





Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Os principais fatores que envolvem a operacionalização do PNAE no município de Presidente Prudente são descritos a seguir.

### **1) Previsão da demanda no município:**

O primeiro passo a ser executado é a identificação da demanda da rede de escolas do município. A solicitação é feita pela Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente – SEDEPP.

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Departamento de Apoio ao Educando, solicita um mapeamento conjunto dos produtos da agricultura familiar local, quantidades e época da colheita dos mesmos, aos seguintes órgãos: a CATI que está subordinada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; as Associações e Cooperativa dos produtores rurais do município; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente – SEDEPP.

Com base no mapeamento da oferta de produtos da agricultura familiar, os cardápios da alimentação escolar são elaborados pela nutricionista da prefeitura, levando em consideração a diversificação agrícola da região e sua sazonalidade e a demanda nutricional de cada faixa etária dos estudantes atendidos.

Após a elaboração dos cardápios, a nutricionista informa à entidade executora (prefeitura) a demanda por alimentos, especificando quais os produtos devem constar na Chamada Pública, bem como a quantidade, disponibilidade e qualidade dos produtos da agricultura familiar. A prefeitura municipal que é a entidade executora, então publica, por meio de Chamada Pública, em *site* na internet, e também é disposto no mural em local público, quais os alimentos, a quantidade, a periodicidade e as especificações de qualidade mínima exigida de cada produto desejam adquirir para alimentação escolar.

### **2) Chamada dos interessados:**

A mobilização dos agricultores interessados em participar do programa é feita de forma com que estes tenham conhecimento dos pré-requisitos descritos a seguir para acessarem o mesmo. Somente agricultores que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP são aptos a participar do processo. No município de Presidente Prudente, a emissão da DAP é de responsabilidade do CATI para produtores rurais. No caso de assentados para participarem de programas da reforma agrária, a DAP é emitida pela Fundação Instituto de

Terras do Estado de São Paulo – ITESP. É importante destacar que para acessarem a DAP os agricultores familiares devem estar enquadrados nos requisitos determinados na lei 11.326 de 24/07/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

### **3) Reuniões de planejamento**

Após a identificação da demanda de produtos, suas exigências e preços determinados na Chamada Pública, a cooperativa e associações são orientadas como proceder para elaborar sua produção e periodicidade de entrega dos produtos. Essas organizações fazem reuniões de planejamento com apoio da Casa da Agricultura. Esse órgão disponibiliza um técnico agrícola para auxiliar os produtores, assim que são apresentadas as demandas.

### **4) Formação dos grupos de produtores:**

Na mesma reunião de planejamento, citada acima, também são formados grupos de interesse de produtores por cada produto requisitado, de modo que os agricultores possam participar, considerando o que já produzem e/ou tenham intenção em produzir. Desta forma, são definidos grupos de produtores para atender a chamada pública com regularidade.

### **5) Elaboração do projeto de venda da produção:**

O projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar é elaborado pela cooperativa e associações de acordo com a Chamada Pública. A Casa da Agricultura disponibiliza um técnico agrícola para auxiliar os produtores na elaboração do projeto. O técnico agrícola por mediação da prefeitura municipal, mostra a última Chamada Pública e demonstra o modelo de projeto, contrato, edital, documentos, que estão descritos na resolução FNDE 04 de 04/02/2015, os quais podem ser alterados a critério do Poder Executivo.

A entrega do projeto de venda é realizada pela cooperativa e associações à Entidade Executora (prefeitura) na SEDEPP, acompanhado da documentação de habilitação exigida, descrito a seguir, conforme previsto em Chamada Pública.

### **6) Organização dos documentos para acesso ao Programa:**

São exigidos documentos para a participação do programa, no caso da cooperativa e demais associações: extrato da DAP jurídica, das DAPs físicas dos produtores, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da

União; cópia do estatuto; cópia de ata de eleição da diretoria atual. Ainda são solicitados: declaração individual de cada produtor, informando que a produção é inteiramente sua; talão de nota fiscal; declaração do presidente da entidade, respeitando o limite de R\$ 20.000,00 por produtor/ por ano; e declaração de conhecimento da lei vigente.

#### **7) Análise das propostas e divulgação dos resultados:**

Após a entrega das propostas elaboradas pelos produtores, as mesmas são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Finanças, setor de licitações e também para análise do Departamento Jurídico para verificação dos contratos entre a prefeitura, as Associações e a Cooperativa. Assim que deferidos ou indeferidos, os resultados são informados aos produtores por meio de informe administrativo.

#### **8) Acompanhamento e entrega dos produtos:**

A frequência das entregas dos produtos, bem como as quantidades de cada produto são disponibilizadas logo no início do projeto. Entretanto, as datas e as quantidades dos produtos podem ser alteradas pela entidade (prefeitura), levando-se em conta a rotatividade de alunos nas escolas e a sazonalidade de produção. Essas possíveis alterações são comunicadas aos presidentes das associações e da cooperativa para informarem aos produtores.

Os produtos de todos os produtores das associações e cooperativa são entregues no local destinado à Alimentação Escolar em Presidente Prudente.

O espaço foi construído exclusivamente para finalidade da gestão da alimentação escolar para o município, sendo destinado apenas para recebimento, distribuição e controle de produtos do PNAE, dispondo de infraestrutura necessária.

A infraestrutura do local conta com 2.392,07 m<sup>2</sup> contruídos em alvenaria, em um terreno de 3.000 m<sup>2</sup> com recursos próprios da prefeitura. A estrutura foi destinada e entregue para uso da alimentação escolar do município, o mesmo conta com área para carregamento e descarregamento dos produtos, câmara fria para armazenar os produtos mais perecíveis que chegam dos produtores rurais, também conta com uma cozinha industrial para que, em caso de problemas de falta de merendeiras nas escolas, possa ser realizado o preparo dos alimentos e destinados prontos até as escolas. Além disso, o espaço também abriga a área de gestão em que ficam alocados o gestor da alimentação escolar, a nutricionista e o supervisor de recepção dos produtos.

Na entrega, os produtos são conferidos pelo responsável pelo recebimento. Trata-se de um produtor rural que faz parte da cooperativa que, em comum acordo entre as

partes envolvidas, fica responsável pela logística de recebimento, verificação de peso ou unidade entregue. Nesse momento é feita a conferência das quantidades entregues e conformidade com o padrão de entrega estabelecido na Chamada Pública. A qualidade dos produtos entregues é analisada pela nutricionista da Prefeitura Municipal. Posteriormente, é feita a separação e pesagem dos produtos por escolas e creches e setor geográfico do município para as 112 instituições assistidas.

Na sequência, os produtos são entregues nas escolas por veículos da própria Prefeitura Municipal. Nas escolas, a merendeira e o diretor (a) atestam o recebimento.

Alguns produtos que deterioram com mais facilidade, como folhosas, têm suas entregas parceladas pelos produtores que se organizam para o plantio, sendo que as mesmas acontecem às segundas-feiras de manhã e à tarde e, as terças-feiras de manhã, na central de recebimento e são destinadas, o quanto antes, às escolas.

#### **9) Emissão do documento fiscal:**

A emissão do documento fiscal correspondente é parte obrigatória do processo de comercialização para o PNAE. Trata-se de algo relativamente simples. Depois de entregue os produtos nas escolas, com o atestado de recebimento da merendeira ou diretor(a), que comprova o recebimento, as associações e cooperativa estão aptas a emitir nota fiscal à Prefeitura. Antes disso os produtores emitem nota de entrega de seus produtos à associação e, na sequência, a associação emite nota de entrega desses produtos para prefeitura para posterior pagamento na conta das associações e da cooperativa que, por conseguinte repassa aos produtores os valores referentes a cada quantidade entregue.

#### **10) Pagamento aos agricultores:**

O pagamento aos agricultores é realizado logo que a prefeitura efetua o pagamento à cooperativa e/ou associações. Esse pagamento é composto pelo total das entregas abatido um percentual variável. Algumas associações não cobram essa taxa, tendo apenas como despesa (0,65%) correspondente ao PIS. No caso de cobrança da taxa administrativa, a mesma é definida em assembleia da associação para manutenção do escritório e despesas.

Assim, a prefeitura efetua o pagamento na conta das associações e da cooperativa, após descontar as taxas (impostos) previstas.

As associações e cooperativa têm em comum o escritório de contabilidade que faz a contabilidade para todos os fornecedores do PNAE em Presidente Prudente.

É importante frisar que, por meio destes processos de verificação no recebimento dos produtos, busca-se assegurar a qualidade dos produtos, independentemente do tamanho do município, como no caso de Presidente Prudente.

## **4.2 Identificação dos Atores e Fatores Sociais**

Para este estudo, foram levantadas informações acerca dos atores sociais envolvidos. Desta forma, é descrito o papel de cada um na operacionalização do PNAE, como segue:

### **4.2.1 Prefeitura Municipal**

A prefeitura municipal representa o ponto inicial entre os atores envolvidos diretamente com a operacionalização do PNAE, visto que dá suporte com 4 (quatro) setores de suma importância. Os setores são: Departamento Jurídico, Departamento Financeiro, Departamento de Coordenação da Alimentação Escolar e Departamento de Nutrição.

O Departamento Jurídico define, com base na Lei n. 11.947/2009, o edital para chamadas públicas e faz acompanhamento da documentação necessária para execução do PNAE.

O Departamento Financeiro prevê anualmente orçamento financeiro, o custeio destinado ao PNAE e cuida do repasse do FNDE.

O Departamento de Coordenação da Alimentação Escolar tem como papel administrar a distribuição e logística de alimentos, cumprindo as leis que determinam as modalidades de compra e o cumprimento de cardápios nas instituições do município.

O Departamento de Nutrição e Segurança Alimentar disponibiliza uma nutricionista responsável para salvaguardar os direitos dos alunos quanto ao equilíbrio nutricional e de segurança alimentar em todas as escolas e creches assistidas no município e, a dinâmica de profissionais envolvidos (merendeiras). Este departamento tem o papel de executar o PNAE seguindo a legislação vigente na elaboração de cardápios, fiscalização quanto à qualidade e quantidade dos produtos a serem adquiridos e treinamentos aos funcionários. Este departamento está ligado diretamente ao CAE – Conselho de Alimentação Escolar do município, onde o mesmo tem por dever algumas atribuições que vão de encontro com os anseios do PNAE como:

- Fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- Sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando: a) as metas a serem alcançadas, relativas ao programa; b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional; c) o enquadramento das dotações orçamentárias específicas para a alimentação escolar;
- Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica, para melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais e estaduais do município e filantrópicas devidamente cadastradas no FDNE;
- Avaliar os critérios para a distribuição da alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino do município;
- Articular-se com as instituições e entidades profissionais especializadas para assessoramento técnico, passíveis de atuarem como potenciais colaboradores, através de convênios ou trabalho de parceria, com vistas a melhoria do programa de alimentação escolar do município;
- Promover campanhas educativas de esclarecimentos sobre todos processos que abrangem a alimentação escolar;
- Exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento.

O CAE de Presidente Prudente realiza reuniões mensais, toda última segunda-feira de cada mês, é elaborada ATA com as discussões e participantes para ser arquivada. Fazem parte do CAE, sete membros titulares e sete suplentes, nas reuniões os conselheiros apresentam as ações do mês, isso é gerado um relatório com os problemas encontrados e repassados para providências, as representações dos conselheiros são: 1 representante do executivo, 2 representantes de pais de alunos, 2 representantes de trabalhadores na educação e de discentes.

#### **4.2.2 CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)**

A CATI tem como papel divulgar juntamente aos produtores, associações e cooperativa, as ações de apoio e assistência técnica da Casa da Agricultura. A CATI colabora com ações e apoio técnico aos envolvidos e busca divulgar as políticas públicas para melhorar a participação dos agricultores.

A Casa da Agricultura tem como atribuições o auxílio na divulgação de políticas públicas juntamente com a CATI, realizar o credenciamento para acesso à DAP para qualificação do agricultor familiar, oferece apoio ao desenvolvimento de projetos para FEAP, Pró-Trator e Pró-implementos, como também oferece apoio técnico de extensão rural. De acordo com a pesquisa, foi relatado que a CATI busca colaborar com os agricultores com palestras, cursos, eventos como dia de campo, feiras, simpósios e incentivos ao associativismo e cooperativismo. A Casa da Agricultura de Presidente Prudente (muitos conhecem como CASA da Lavoura) pertence à CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e é subordinada a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Há funcionários municipais nesse órgão, em parceria com o governo municipal, isso ocorre devido ao convênio firmado entre Estado e Município.

#### **4.2.3 Perfil dos produtores rurais entrevistados**

Os produtores rurais utilizam a estrutura formal da cooperativa e associações para acessar o PNAE. Estas organizações representam os produtores rurais em atendimento às normas estabelecidas na Lei n. 11.947/2009 em seus preceitos. Produtores da cooperativa e associações são os responsáveis pelo fornecimento dos alimentos destinados a atender chamada pública para o PNAE, mediante a aplicação da Lei n. 11.947/2009.

De acordo com a pesquisa de campo, no ano de 2016, entre a cooperativa e as associações, havia 191 produtores que faziam parte das mesmas, como segue:

- Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais dos Bairros: 1º de Maio, Timburi, Ponte Alta. Composta por 36 produtores. Desses, apenas 25 produtores entregavam para o PNAE;
- Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Bairro Aeroporto era composta por 24 produtores. Desses apenas 12 entregavam para o PNAE;

- ASCICAMPP - Associação dos Cidadãos do Campo de Presidente Prudente, composto por 48 produtores, sendo que 29 entregavam para o PNAE;
- Associação de Agricultores Familiares da Fazenda São José, composta por 41 produtores, com 9 produtores participando do PNAE;
- Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente - COAF – composta por 42 produtores, sendo que 28 participavam do PNAE.

Dos 191 produtores que faziam parte da cooperativa e associações um total de 103 produtores forneciam alimentos para o PNAE no ano de 2016. Destes 103 produtores, 75 faziam parte das associações e 28 da cooperativa, a pesquisa de campo envolveu 22 destes 103 produtores.

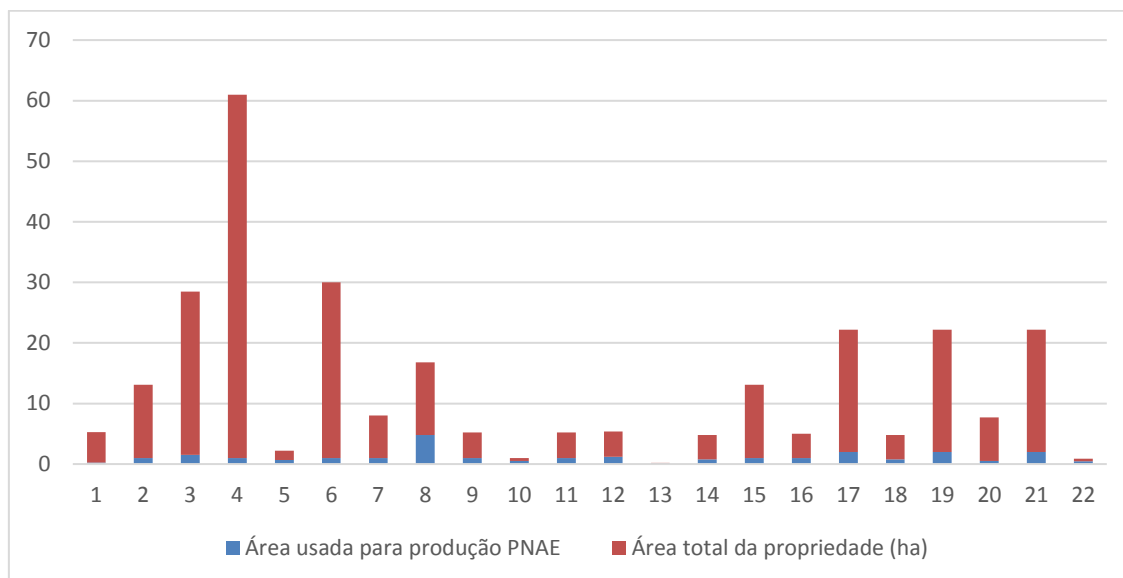
O objetivo das entrevistas era caracterizar a produção, a propriedade e o produtor, para poder analisar como está, na percepção dos produtores, a execução do PNAE.

Os resultados são discutidos a seguir, com base nas 22 entrevistas realizadas. Foram entrevistados 16 produtores das 4 associações e 6 da cooperativa.

#### **a. Caracterização das propriedades rurais**

Em entrevista com os 22 produtores rurais familiares, foi caracterizado o tamanho total das propriedades e o tamanho da área utilizada em produção para o PNAE. Observa-se que o tamanho das propriedades cadastrados no PNAE em 2016 era bastante variável. Havia pequenas áreas, com 0,1ha, e áreas maiores, com 60,5ha. A maioria dos produtores analisados, sendo eles 13, tinha área menor que 12ha (Gráfico 2). Considerando que o módulo fiscal no município de Presidente Prudente é de 22ha (INCRA, 2017h), a área média das propriedades rurais da pesquisa era de cerca de 50% de um módulo fiscal.

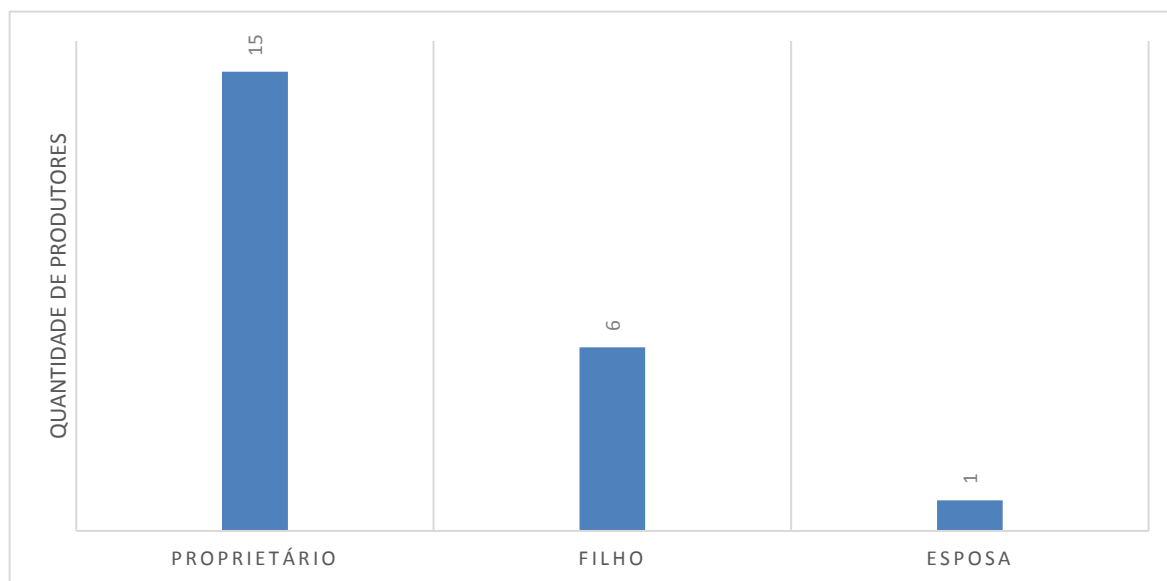


**Gráfico 2** – Tamanho total da propriedade e em produção para o PNAE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além do PNAE como canal de distribuição, a produção agrícola é destinada aos mercados locais como indústria de processamento local, feiras livres e outros equipamentos de varejo como supermercados. No gráfico 2, demonstra-se o tamanho da área em produção para fornecimento ao PNAE. Dos 22 produtores entrevistados, 18 utilizam até 1,5ha para atender a chamada pública do PNAE e 3 produtores ocupam 2ha de área. Assim, 95% dos produtores utilizam até 2ha para atender a Chamada Pública. Apenas um produtor ocupa 4,8ha. Essa área maior é destinada à produção de leite, por este motivo utiliza maior área.

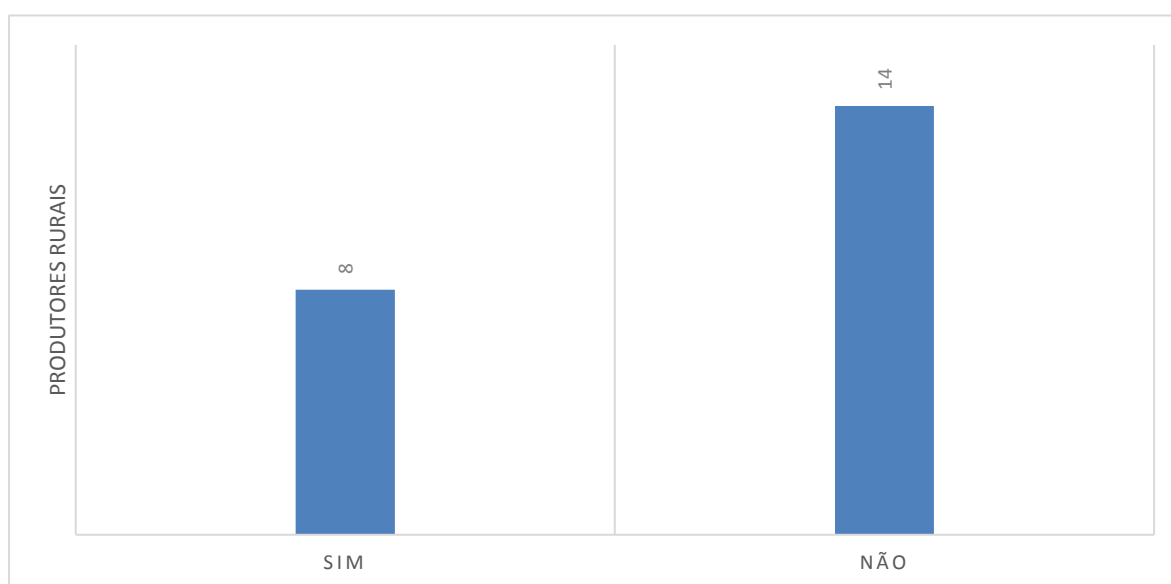
Observou-se que dos 22 entrevistados, o produtor que está à frente das decisões de produção nas propriedades rurais é o proprietário, filhos e esposa. Deste total, 15 tomadores de decisão são os proprietários; 6 são os filhos; e apenas um é a esposa do proprietário que está à frente das decisões (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Responsabilidade pela tomada de decisão**

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **b. Caracterização dos produtores rurais entrevistados e da produção**

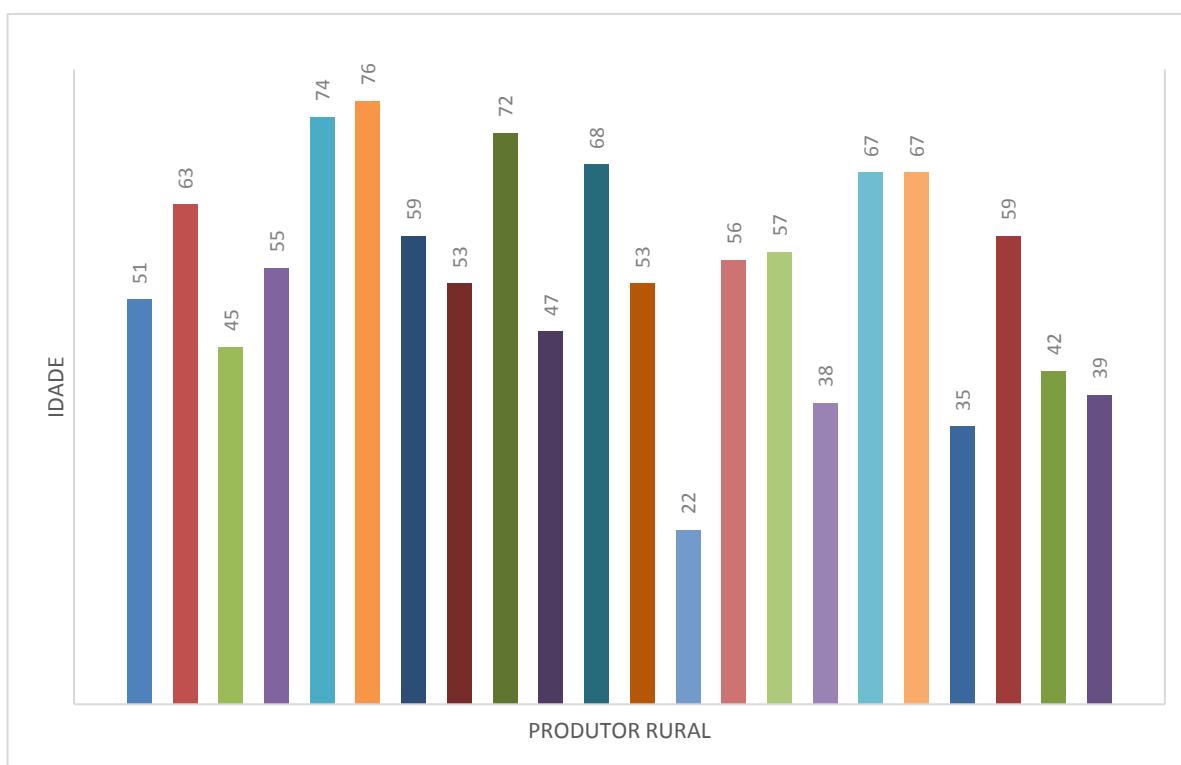
Neste subtópico, são caracterizados os 22 produtores rurais entrevistados. Do total, 8 afirmam ter mais de uma propriedade, sendo que 6 declaram ser herança ou aquisição e 2 arrendamentos (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Possui mais de uma propriedade rural**

Fonte: Elaborado pelo autor.

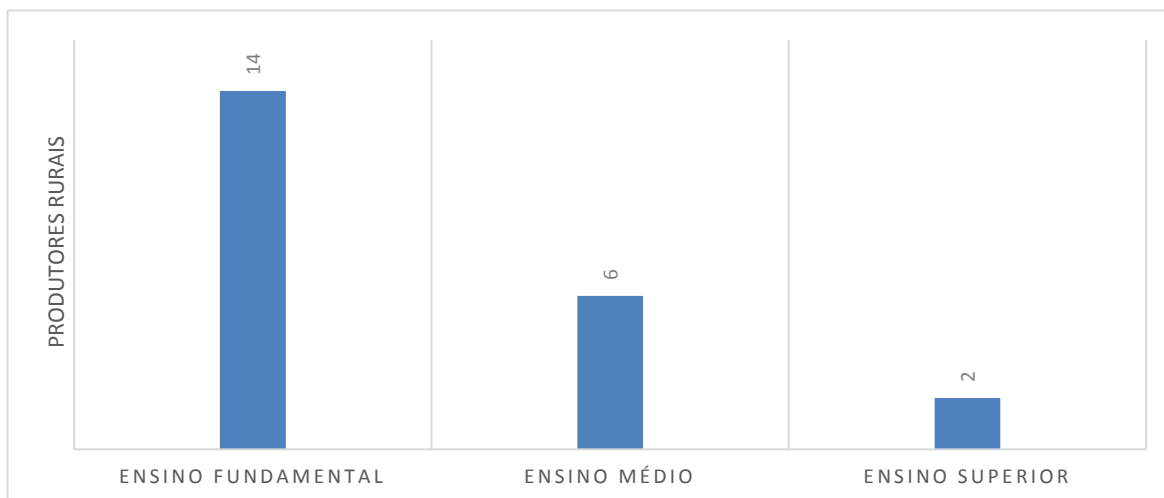
O gráfico 5 revela a idade de cada um dos produtores. No período da pesquisa, o produtor mais idoso tinha 76 anos e o mais jovem 22 anos de idade. A média de idade no momento da pesquisa era de 54,5 anos, sendo que 77% dos produtores têm mais de 45 anos. Isso sugere que é necessário verificar a possibilidade de sucessão geracional para essas propriedades.

**Gráfico 5** – Idade dos produtores rurais



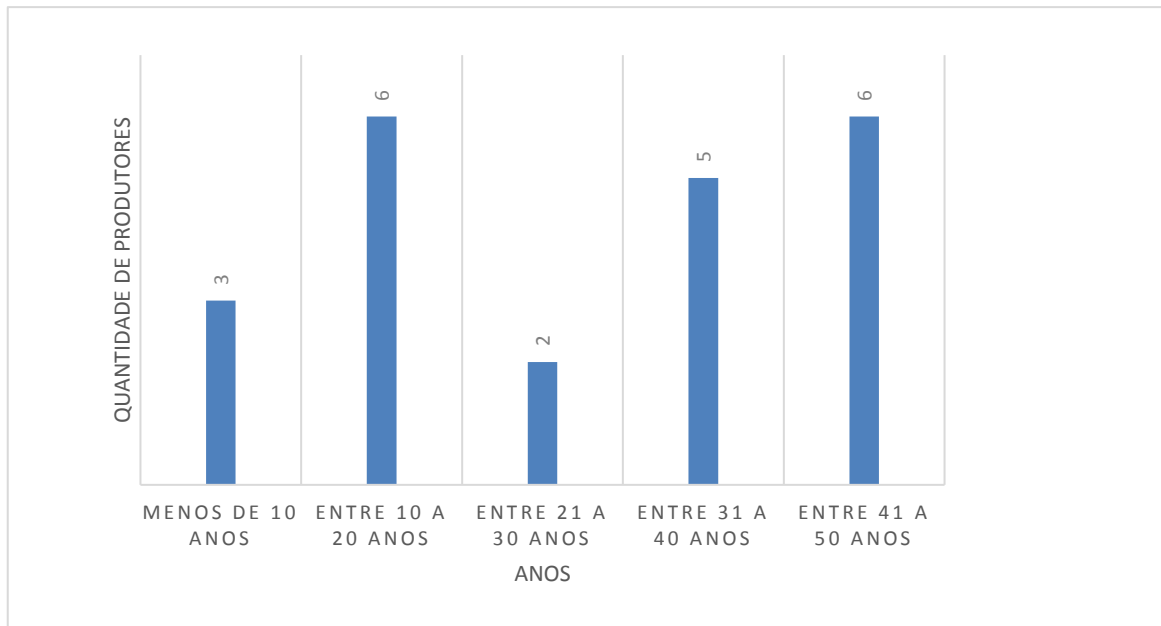
Fonte: Elaborado pelo autor.

O nível de escolaridade pode estar relacionado à adoção de inovação e capacidade empreendedora dos produtores rurais. O nível de escolaridade dos 22 produtores entrevistados, é demonstrado no gráfico 7. É perceptível um nível baixo de escolaridade da maioria dos produtores, sendo que 14 deles, ou 64%, têm apenas o ensino fundamental completo, 6 têm ensino médio completo e apenas 2 destes produtores têm ensino superior. Esse perfil corresponde aos dados revelados pelo IBGE Censo Agropecuário de 2006 que apontam como está o nível educacional dos produtores no Brasil: 42,4% possui ensino fundamental incompleto; 39,1% não sabe ler e escrever; 8,4% possui ensino fundamental completo; 7,3% têm curso técnico agrícola completo e ensino médio completo e apenas 2,8% dos produtores possui nível superior.

**Gráfico 6 – Nível de escolaridade**

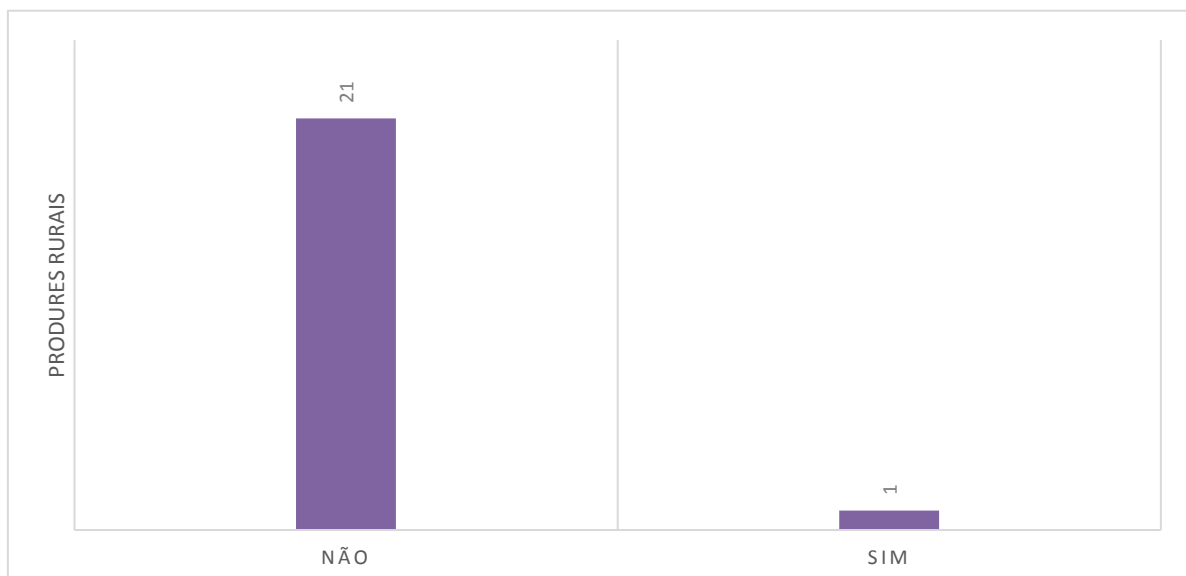
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificou-se o tempo em que cada produtor está desempenhando atividade agrícola. Ficou claro, que os produtores com idade mais avançada ainda permanecem na atividade agrícola, 6 produtores estão na atividade há um período de 41 a 50 anos. Tal fato deve ser observado, pois pode indicar a dificuldade em sucessão geracional para a propriedade rural. Por outro lado, o mesmo número de produtores está na atividade há um período de 10 a 20 anos. Nesse caso, são filhos de produtores que permanecem no campo e passaram a produzir na propriedade. Apenas 3 produtores estão envolvidos na produção agropecuária há um período menor que 10 anos (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Tempo na atividade agropecuária**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à utilização de mão de obra contratada, dos 22 entrevistados, apenas 1 produtor relata que possui empregado permanente para fins de produção. Nesse caso, o produtor já utilizava mão de obra permanente antes da participação no PNAE. Os demais produtores não empregam mão de obra permanente. Segundo os produtores entrevistados, isso se dá devido ao tamanho pequeno das áreas e por ainda contarem com apoio de pessoas da família para o trabalho (Gráfico 8).

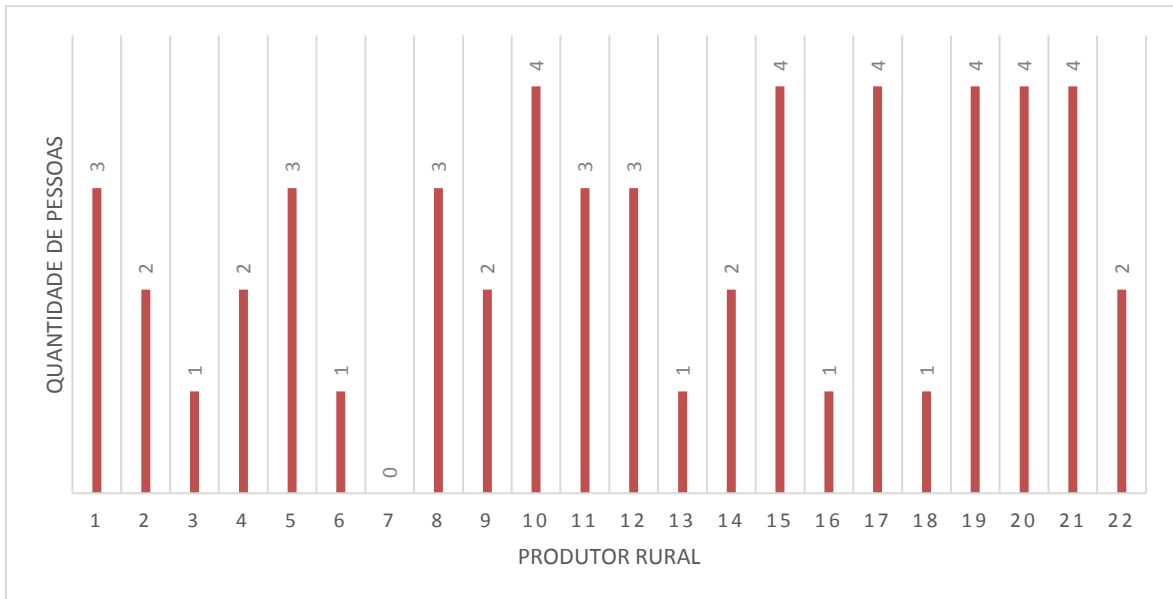
**Gráfico 8 – Emprego de mão de obra permanente**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por outro lado, observou-se que dos 22 produtores, 15 contratam empregados temporários. Observou-se que desse grupo de 15 produtores, 11 já contratavam mão de obra temporária antes de produzirem para o PNAE. Segundo os produtores entrevistados, isso acontece principalmente em período de preparo do solo e colheita.

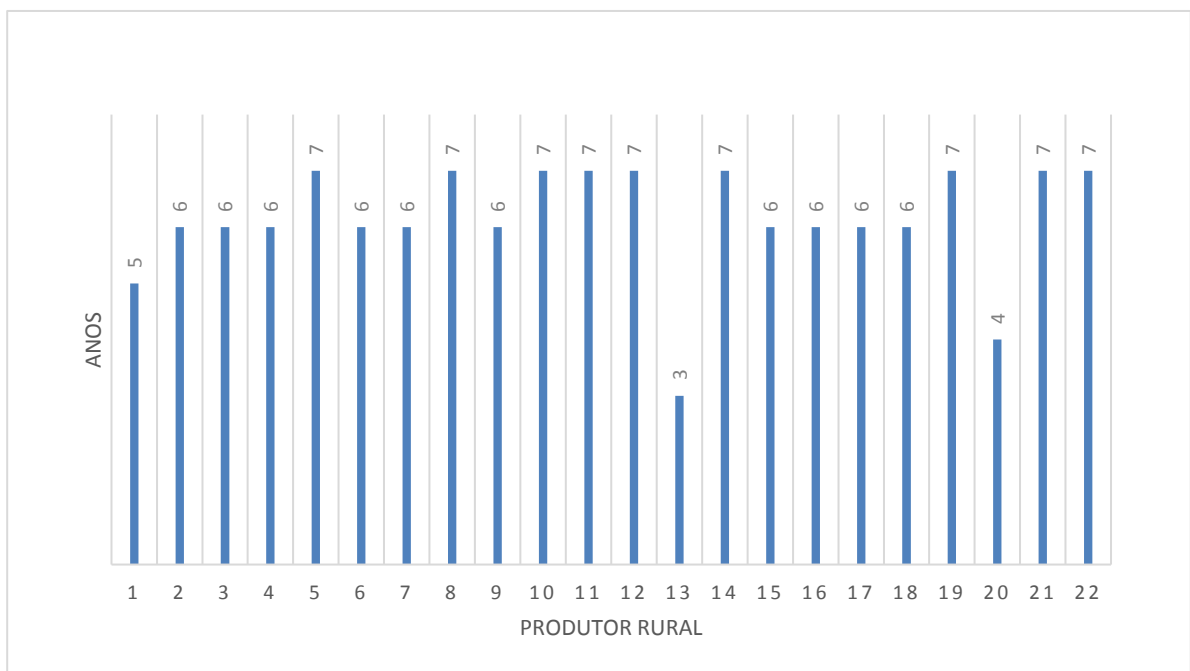
No gráfico 9 é demonstrada a quantidade de pessoas da família que trabalham na propriedade rural diretamente na produção, além do entrevistado. Como pode ser observado, o maior número de pessoas da família que trabalha na produção é de 4 pessoas em 6 propriedades. Há 5 propriedades em que colaboram 3 pessoas da família, mais 5 propriedades com apenas 2 pessoas da família para auxiliar na produção. Em outras 5 propriedades colabora 1 familiar e uma propriedade na qual apenas o proprietário faz todo o trabalho sozinho.

Em questionamento aos produtores quanto à mão de obra, os mesmos consideram que as dificuldades estão atreladas ao baixo número de integrantes atualmente nas famílias. Eles mesmos incentivam os seus filhos a sair da propriedade para estudar e, quando isso acontece, normalmente os mesmos não retornam para a lavoura, buscando novas oportunidades. Assim, não há sucessão geracional e há uma perspectiva de que as pequenas propriedades rurais estarão propensas a serem adquiridas pelas maiores e/ou quando muito próximas da área urbana, que as mesmas sejam incorporadas por ela ou divididas em lotes menores, os chamados lotes de chácaras entre 1.000 e 5.000 m<sup>2</sup>. Nesse último caso, as propriedades deixam de ser produtivas e passam a exercer uma função de moradia ou de lazer, deixando de contribuir para a segurança alimentar.

**Gráfico 9** – Número de pessoas da família que contribui na atividade agrícola

Fonte: Elaborado pelo autor.

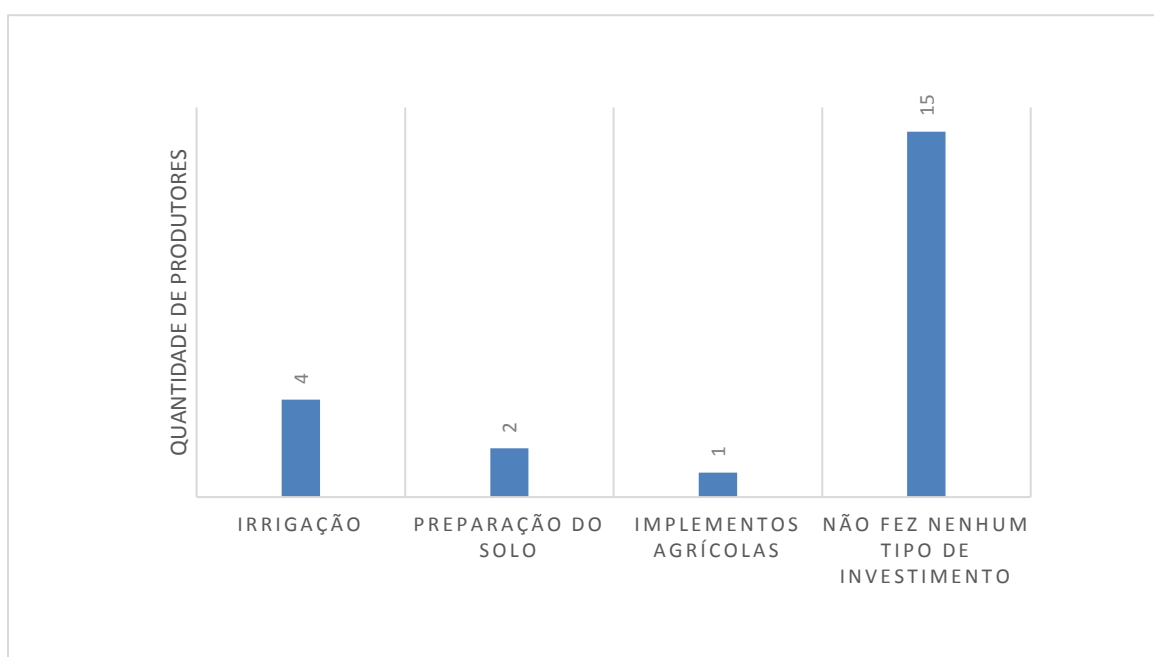
No gráfico 10 é demonstrado o tempo de cada produtor entrevistado como participante do PNAE. Dos 22 produtores entrevistados, 9 produtores participam desde o início do programa em 2009 no município de Presidente Prudente, 10 produtores iniciaram suas atividades um ano depois no ano 2010, 1 produtor participa há 5 anos, 1 produtor há 4 anos e apenas 1 produtor há 3 anos, sendo este o mais recente dentre os 22 produtores entrevistados.

**Gráfico 10** – Tempo como participante do PNAE

Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 11 mostra que entre os 22 produtores, 15 não fez nenhum tipo de investimento para acesso ao PNAE, 4 produtores fizeram investimentos em irrigação, 2 em preparação do solo e apenas 1 em implementos agrícolas. Esses dados sugerem que maioria dos produtores já tinha uma estrutura produtiva suficiente para atender as demandas do PNAE. No caso das 7 propriedades que fizeram investimentos para ingressar no PNAE, estes estavam ligados ao aumento da eficiência produtiva por meio de adoção de técnicas e tecnologia para o manejo.

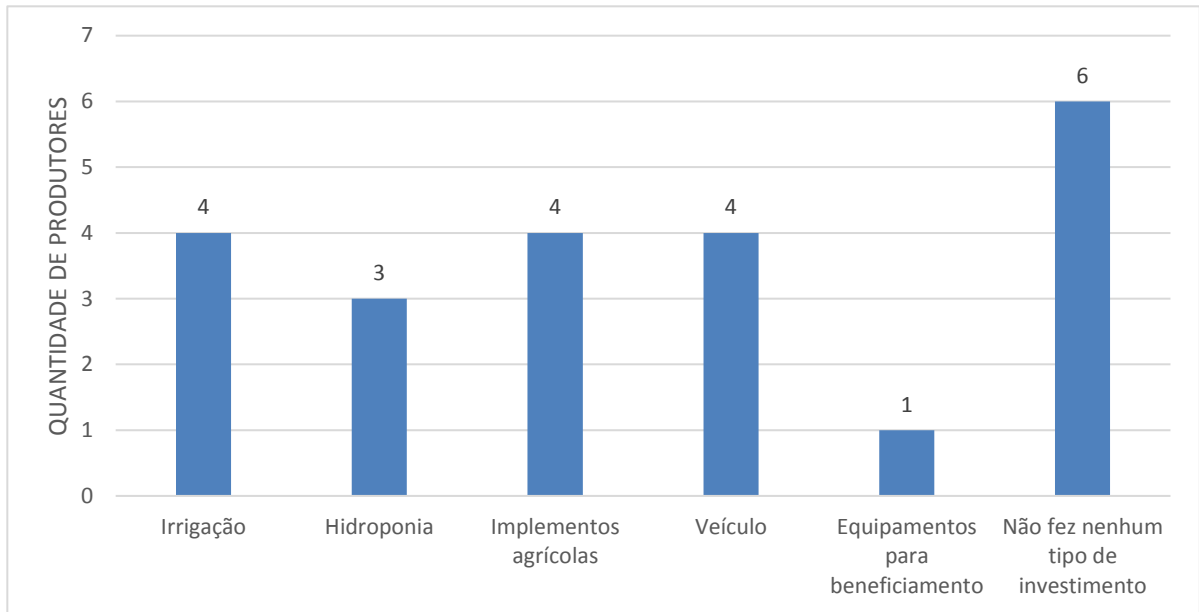
**Gráfico 11** – Investimentos feitos para ingressar no PNAE



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 11 mostra quantos produtores e quais investimentos foram feitos após ingressarem no PNAE. Dos 22 produtores entrevistados, 4 produtores investiram em sistema de irrigação, outros 4 produtores em implementos agrícolas, mais 4 produtores em veículos para transportar sua produção. Foi observado que 3 produtores investiram em implantação de sistemas de hidroponia e 1 em equipamento para beneficiamento do produto. Do total, 6 produtores não fizeram nenhum tipo de investimento desde que acessam o PNAE. Esses dados sugerem que o PNAE possibilitou o acesso a inovação de produto e de processo dentro da propriedade rural. Um exemplo é a estrutura de produção hidropônica que está sendo instalada em uma propriedade ao qual o produtor relata que espera um aumento de aproximadamente 20% em sua produção.



**Gráfico 12 – Investimentos feitos após ingressar no PNAE**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para ilustrar as demandas do PNAE em Presidente Prudente, o Quadro 3 traz a relação dos alimentos solicitados na Chamada Pública n.º 001/2016 (em Anexo 1). Essa relação deve ser seguida pelos agricultores para ofertar seus produtos, bem como as quantidades demandadas.

**Quadro 3:** Produtos e quantidades relacionados na Chamada Pública n.º 001/2016

Produto	Quantidade
Abobrinha paulista	3.000 Kg
Acelga	6.000 Mç
Alface crespa	20.000 Mç
Almeirão	6.000 Mç
Banana maçã	4.800 Kg
Banana nanica	40.000 Kg
Batata doce	2.000 Kg
Batata inglesa	24.000 Kg
Bebida láctea, leite pasteurizado	30.000 L
Beterraba	8.000 Kg
Cebola grande	16.000 Kg
Cheiro verde	14.000 Mç
Chuchu extra a	2.500 Kg
Couve manteiga	6.000 Mç
Goiaba	5.000 Kg
Laranja pêra	12.000 Kg
Leite pasteurizado	44.000 L
Mamão formosa tipo 1	11.000 Kg
Mandioca	9.000 Kg
Melancia	15.000 Kg
Milho verde em espiga	1.000 Kg
Ovos de codorna	600 U
Pepino	6.000 Kg
Poncã	15.000 Kg
Repolho liso	5.000 Kg
Tomate rasteiro	40.000 Kg

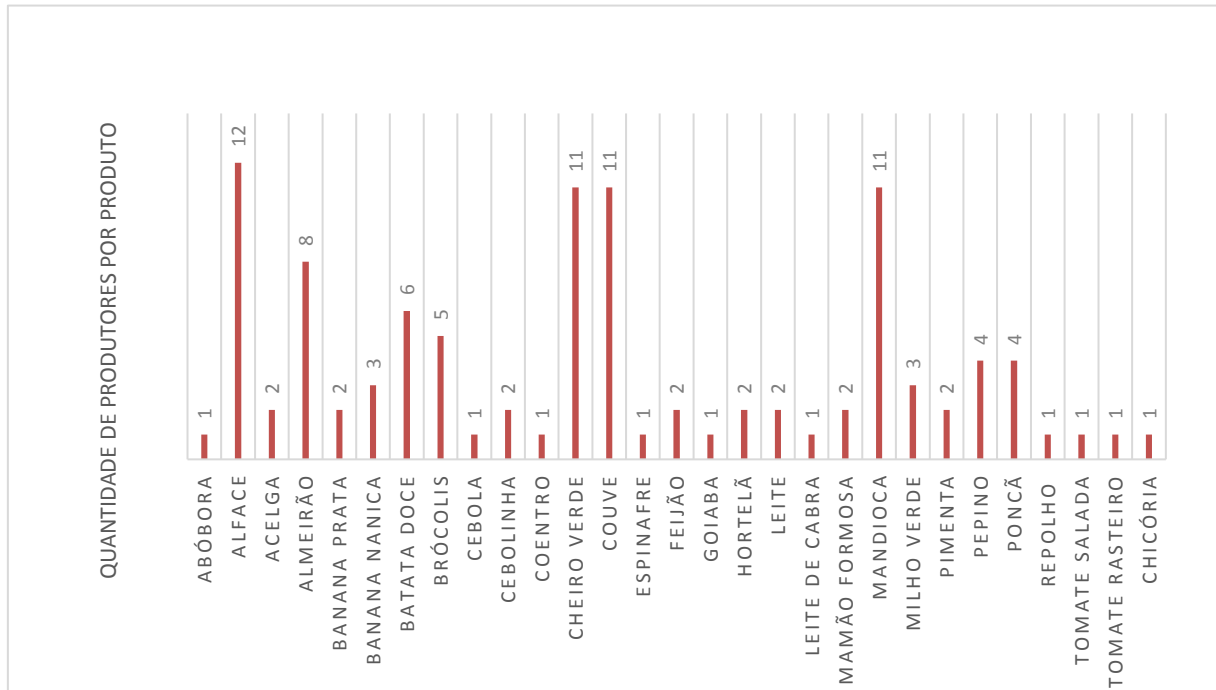
Fonte: Elaborado pelo autor com base na Chamada Pública n.º 001/2016 (Anexo 1).

Foi observado que, em geral, procura-se atender às necessidades de demandas pelos alimentos por meio da aquisição dos produtos dos agricultores familiares do município, cumprindo a determinação da Lei 11.947 de 2009, provendo aos estudantes o acesso a alimentos frescos, seguros e saudáveis.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se qual o perfil de produção dos agricultores analisados. No gráfico 13 são demonstrados os principais produtos e quantidades de produtores que os produzem, dentre os 22 produtores rurais entrevistados. Observou-se que

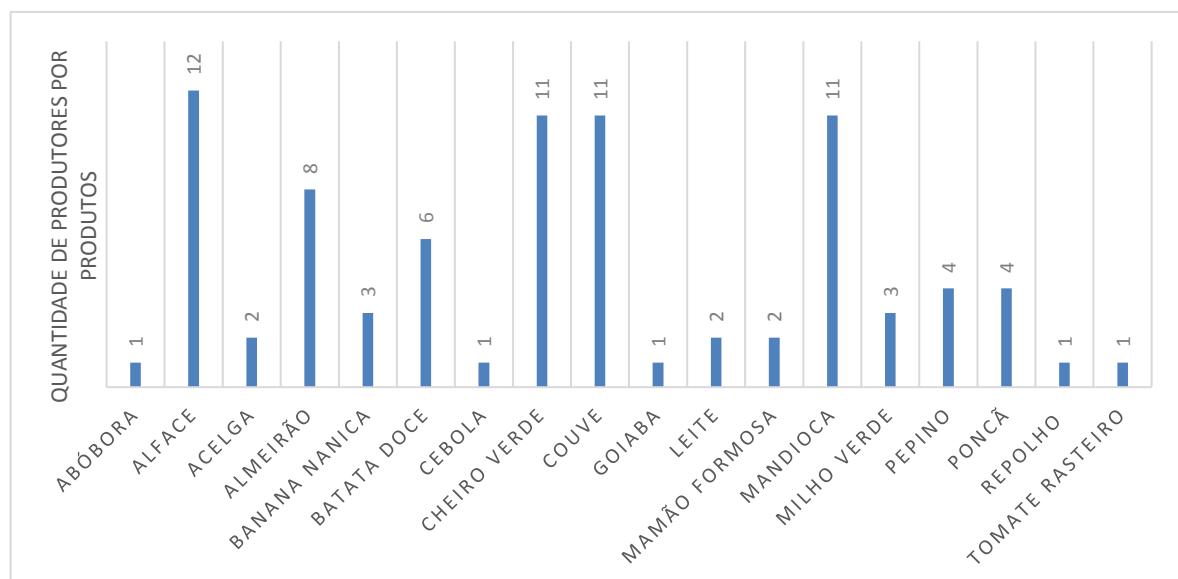
as hortaliças de folhas são as que são cultivadas por um número maior de produtores. Tais culturas demandam áreas menores de produção quando comparadas a outras atividades, como a pecuária leiteira.

**Gráfico 13** – Produtos cultivados pelos agricultores após a participação no PNAE



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Gráfico 14** – Produção destinada ao PNAE



Fonte: Elaborado pelo autor.

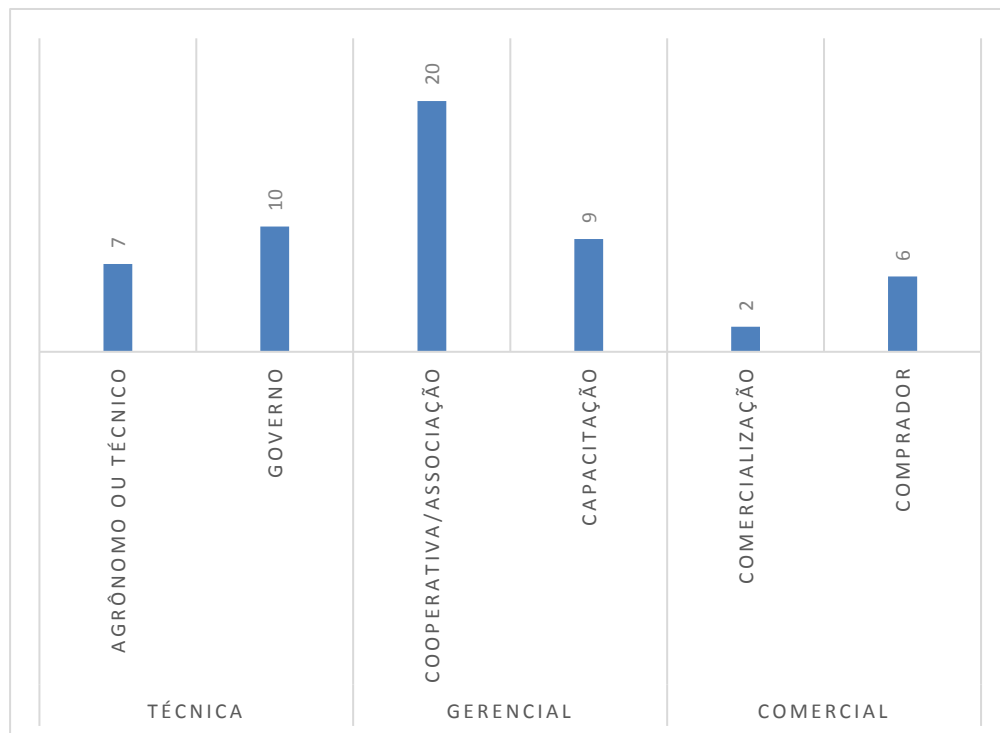
Observa-se que após a entrada no PNAE os produtores passaram a praticar maior diversidade de produtos agropecuários. No momento da pesquisa, eles produziam 29 tipos de culturas/criação e somente 18 eram entregues ao PNAE. Isso sugere que eles possam fazer uso da diversidade de produtos para sua própria alimentação.

Em relação à demanda e oferta de alimentos para o atendimento da solicitação descrita na Chamada Pública, foi constatado que alguns alimentos que fazem parte do cardápio como: chuchu extra, melancia, ovos de codorna e pepino, não são produzidos por esse grupo pesquisado devido à dificuldade de manejo, por falta de mão de obra e/ou de inviabilidade financeira. No entanto, esses produtos são atendidos pela chamada pública. Os demais produtos como: banana prata, brócolis, cebolinha, coentro, espinafre, feijão, hortelã, leite de cabra, pimenta, tomate salada e chicória e chicória, demonstrados no gráfico 13, são distribuídos no mercado local. Atribui-se a esse fato, o recorte metodológico de 22 produtores entrevistados. É possível que a Chamada Pública seja atendida por outros produtores fora do universo estudado.

Ressalta-se que a assistência técnica pode fomentar a superação de dificuldades na produção de determinados produtos. No gráfico 15 é demonstrada a quantidade de produtores que recebem apoio e qual o tipo. Dos 22 produtores entrevistados, a maior parte dos produtores, 19 deles, relatam receber apoio da cooperativa e/ou associações, 10 produtores informam que também recebem apoio do governo, 6 produtores que recebem apoio do comprador.

Sobre o tipo de assistência recebida, observa-se que 6 recebem assistência técnica para aumento na eficiência produtiva, 9 produtores informam receber capacitação da mão de obra, 2 produtores recebem apoio para a comercialização, 1 produtor recebe apoio em assistência gerencial e de agrônomo ou técnico.

Segundo os próprios produtores, quanto à assistência técnica, os mesmos relatam que seria bom terem mais; porém, eles atribuem a falta de solicitação por parte deles mesmos, indo de encontro com o relato do técnico da Casa da Agricultura, que afirma que existe disponibilidade de melhor atendimento, mas que os produtores nem sempre fazem a solicitação.

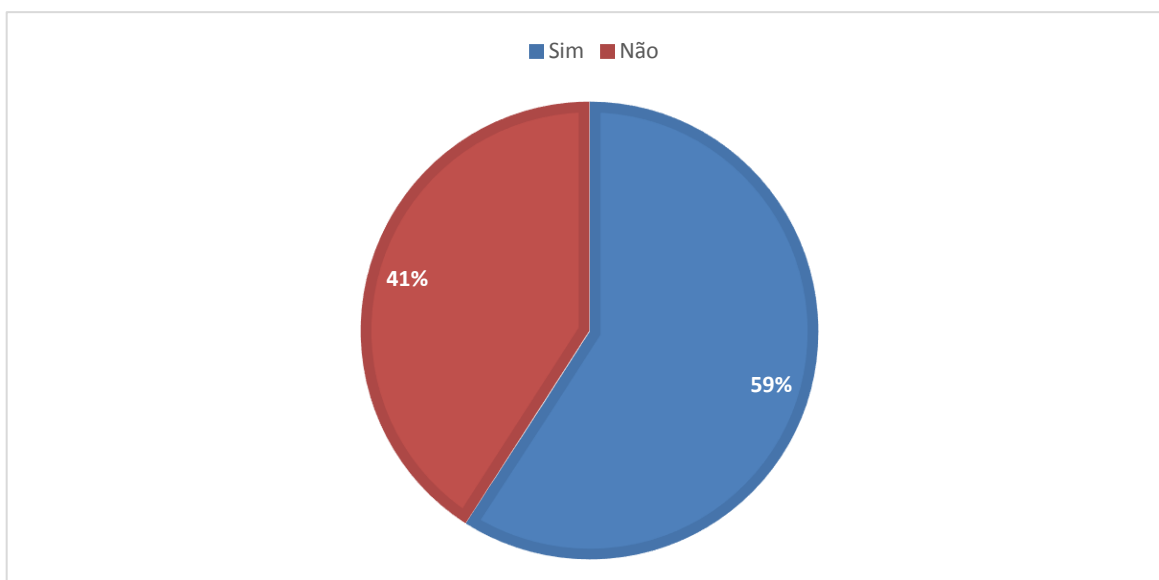
**Gráfico 15** – Tipo de apoio recebido

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa analisou a agregação de valor aos produtos. No gráfico 16 é demonstrado qual a quantidade de produtores que realizou algum processo de agregação de valor aos produtos entregues para o PNAE. Observou-se que 59% dos produtores, ou seja, 12 produtores fizeram agregação de valor aos produtos. Como exemplo, pode ser citada a utilização de embalagem a vácuo para mandioca descascada. A grande maioria da agregação de valor feita na propriedade rural está relacionada à classificação dos produtos para que estejam adequados ao padrão estabelecido na Chama Pública. No entanto, os produtores apontaram a dificuldade em realizar agregação de valor como processamento mínimo, embalagens ou fabricação de produtos como geleias e queijos. Os produtores relatam que o local para melhoria na agregação de valor aos produtos está pronto, a Unidade de Apoio a Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UADAF), que seria utilizada se tivesse os equipamentos para beneficiamento dos produtos. O local não é utilizado por falta dos

equipamentos que não foram adquiridos porque a prefeitura não teve mais capacidade de investimento. Por esse motivo, a infraestrutura predial está parada, sem uso algum.

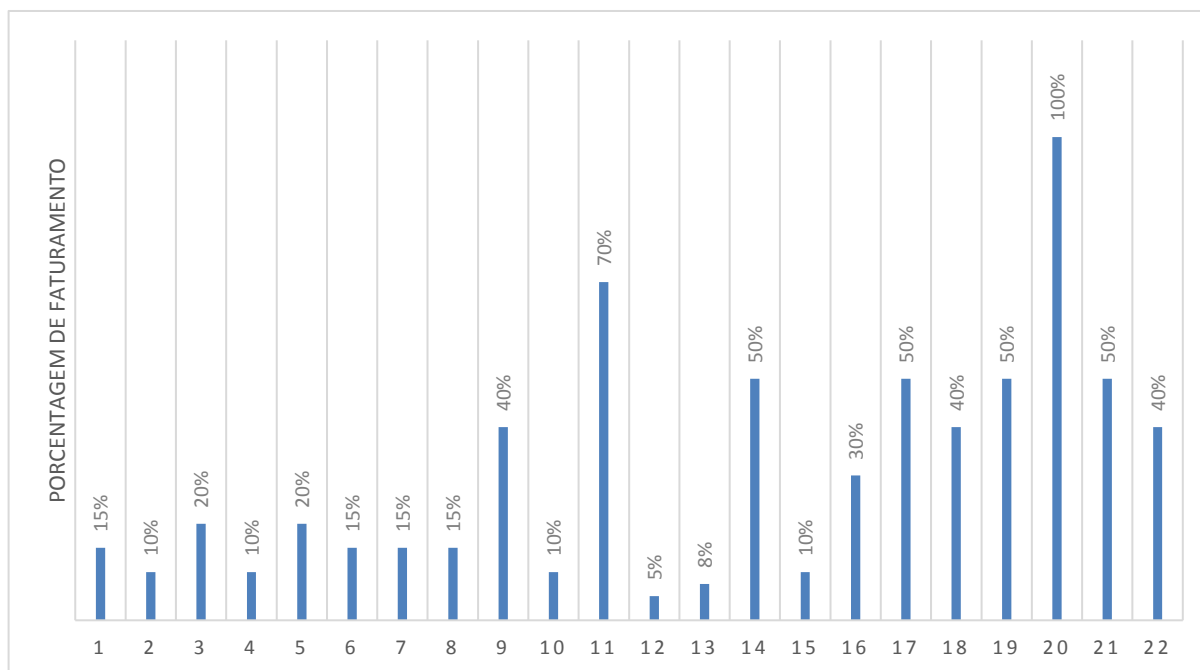
**Gráfico 16** – Agregação de valor ao produto



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 17 é apresentado o percentual de aumento na renda dos 22 produtores entrevistados. Quando questionados sobre o aumento da renda após fornecer para o PNAE, os mesmos foram alertados para comparar com a renda que tinham antes de participarem do programa e verificar se houve aumento ou não. Os resultados indicaram que um produtor apresentou aumento de 100% da renda. No caso desse produtor a renda anterior ao PNAE era baixa e provinha de vendas esporádicas no mercado. Houve mais um produtor que aumentou a renda em 70%, nesse caso, o produtor diversificou a produção, antes focada em pecuária leiteira e cultivo de batata-doce, passou a produzir hortaliças diversas, além de manter a produção de batata-doce.

Do total analisado, 20 produtores aumentaram a renda em até 50%. A média do incremento foi de cerca de 30%. Em nenhum caso houve diminuição da renda.

**Gráfico 17 – Aumento de renda após PNAE**

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 4.3 Problemas apontados pelos atores envolvidos no PNAE

Apesar de toda organização por parte dos agentes envolvidos, na pesquisa houve relatos de alguns problemas como:

Por parte da Prefeitura (Departamento Jurídico, Licitações, Finanças e Alimentação Escolar):

Com base nos relatos da pesquisa de campo, observou-se que existe lentidão no pagamento e/ou na abertura da Chamada Pública anual devido aos trâmites burocráticos de fechamento de ano e abertura do ano vindouro, informação esta obtida dos responsáveis pelo departamento jurídico. Estes informam que os prazos não dependem exclusivamente de um departamento e sim dos demais como departamento de licitações, finanças e do governo estadual, causando assim certa lentidão nos processos.

Devido a mesma sistemática e burocracia, acontece demora para o repasse dos valores para as associações e cooperativa após o produto entregue, uma vez que consequentemente um departamento depende do outro até que seja feita liberação pelo departamento financeiro os pagamentos.

Outro problema relatado, agora pela nutricionista responsável, é sobre a baixa conscientização da educação e segurança alimentar, mesmo sendo realizadas campanhas de

educação alimentar nas escolas por diretores(as) de escolas e professores(as). Segundo relatos da nutricionista, a educação alimentar deve ser um processo que envolva pais, alunos e a comunidade para que em médio e longo prazo, seja incutida a cultura de ingerir alimentos mais saudáveis, melhorando a alimentação de todos, uma vez que essa proposta vem sendo difundida pelas campanhas nas escolas e creches, levando assim a hábitos alimentares mais saudáveis.

O gestor responsável por todos os trâmites legais e logística da alimentação escolar no município de Presidente Prudente aponta que a causa da lentidão em todo o processo para o PNAE é a centralização da tomada de decisão quanto ao encaminhamento dos recursos. O gestor sugere que os recursos sejam destinados diretamente para o departamento da alimentação escolar de sua responsabilidade, dessa forma o mesmo já munido de informações quanto a demanda e a oferta, poderia agilizar toda a documentação necessária e com mais rapidez devido à aproximação e facilidade de contato com os produtores e departamentos da prefeitura como: jurídico, licitações e finanças para devidas prestações de contas.

#### Em relação à CATI e Casa da Agricultura:

Foi apontado pelas entrevistas que a CATI e a Casa da Agricultura têm baixa participação quando se refere a visitas às propriedades para acompanhar os agricultores, porém, na mesma pesquisa percebe-se que existe pouca solicitação por parte dos agricultores. Desta maneira, fica nítido que há falha na comunicação entre as partes, visto que estas instituições afirmam ter disponibilidade para atender os produtores.

#### Por parte dos produtores rurais:

Os produtores em sua totalidade, apontam que existe dificuldade para agregar valor aos produtos. Estes alegam que teriam custos individuais muito elevados para investirem em equipamentos e arranjo físico para processarem os produtos. Os produtores informam também que o local já construído pela prefeitura, Unidade de Apoio a Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UADAF), poderia estar sendo utilizado; porém, faltam os equipamentos necessários para o processamento dos produtos.

Foi relatado que ser produtor de outro município, é um fator complicador, por terem que fazer parte da cooperativa de Presidente Prudente para participar da Chamada Pública deste município. Porém, a Resolução de 4 de abril de 2015<sup>3</sup> determinou a ordem de prioridade

---

<sup>3</sup>Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.



para seleção de projetos. Para participar da Chamada pública, os produtores podem ter a formação de suas cooperativas ou associações no município onde possuem suas propriedades rurais, visto que houve alteração na lei 11.947/2009. Tal alteração determina que cidades ao entorno de onde é entregue sua produção, podem participar com suas próprias organizações e formalização das instituições.

Outro problema apontado pelos produtores foi a dificuldade em montar os projetos de venda dos produtos, deixando assim a cargo das associações e da cooperativa.

Logo abaixo serão apresentadas recomendações para buscar sanar os problemas relacionados.

#### **4.4 Recomendações que Sirvam como Subsídio para Melhoria do PNAE em Presidente Prudente**

A articulação das necessidades entre demanda e oferta por produtos para a alimentação escolar deve ser desenvolvida localmente, quer para abastecer um programa como o PNAE, um restaurante público ou outro programa que requer alimentos.

Voltada diretamente ao PNAE para o caso de Presidente Prudente, com base nas informações coletadas e, nos resultados tabulados das entrevistas, foram elaborados um conjunto de recomendações aos atores envolvidos, visando à melhoria do programa no município.

À Prefeitura (Departamento Jurídico, Licitações, Finanças e Alimentação Escolar):

Se faz necessário mediante a possibilidade, buscar agilizar mais a Chamada Pública para que o produtor não fique entre 2 ou 3 meses aguardando a abertura da mesma para iniciarem os trâmites entre os produtores e as associações e a cooperativa, gerando dessa forma instabilidade no que e na quantidade a ser produzida para o próximo período letivo. Apesar de não haver demanda entre o final do mês de dezembro a meados de fevereiro de cada ano, ao menos os trâmites de processos licitatórios poderiam ser realizados como sugerem os produtores entrevistados, visto que a entrega dos produtos sim, esses poderiam ser seguidos um cronograma após o início do ano letivo.

Com os problemas apontados, observou-se que poderia ser melhorada a descentralização da tomada de decisão pelos gestores da alimentação escolar para que possam ter mais autonomia para a compra dos produtos a fim de otimizar o processo de compra e maior agilidade nos pagamentos para as associações e cooperativa. Com maior autonomia ao gestor

da alimentação escolar do uso dos recursos e trâmites documentais, poderia ser encurtado o tempo de espera pelos produtores.

Quanto à educação alimentar, sugere-se fomentar ainda mais a educação alimentar nas escolas junto às crianças, pais e toda sociedade, realizando encontros e melhor participação da comunidade dentro das escolas para que haja a construção de uma cultura mais rica quanto à saúde e alimentação saudável, podendo aproximar profissionais da área da saúde como médicos, dentistas e psicólogos. Dessa forma, buscando fazer com que os alunos consumissem mais dos produtos oferecidos; tanto na escola quanto em suas casas com participação dos pais.

#### À CATI e Casa da Agricultura:

Para melhorar o envolvimento da CATI e da Casa da Agricultura, é proposto que haja melhor acompanhamento por parte de técnicos agrícolas quanto à diversidade na produção, para melhor dimensionamento do que e de quanto produzirem, para melhorar a diversidade, buscando assim atender a toda variedade solicitada na chamada pública. Outra sugestão é melhorar auxílio técnico para que haja modernização das práticas agrícolas inovando e melhor qualificando os produtores, todo esse apoio seria realizado por técnicos da Casa da Agricultura. Foi demonstrado no gráfico 15 nos resultados desta pesquisa que existia pouca assistência técnica, pois, apenas 7 produtores se beneficiavam destes órgãos dentre os 22 entrevistados.

Com maior acompanhamento por parte dos técnicos, as agregações de valor aos produtos seriam desde o preparo do solo, técnicas de plantios, tratamentos de cultivo e colheita, buscando melhorar e diversificar toda produção.

Com este empenho, possivelmente poderá incentivar a produção de leite e derivados com alta qualidade, para buscar certificações, assim agregando valor ao produto e ao conhecimento dos produtores.

#### Aos Produtores Rurais:

Mediante análise dos problemas apontados pelos produtores, sugere-se que haja maior empenho para agregar valor aos produtos, beneficiando-os de forma mais profissional, utilizar conforme possibilidade a UADAF (Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar). Os mesmos podem buscar maiores informações de quais equipamentos faltam para operacionalizar o local em benefício próprio.

Para realizar a agregação de valor, é necessário que haja apoio de outras instituições como a CATI e a Casa da Agricultura, sendo assim, pode ser feito um levantamento das necessidades e buscar parcerias com empresas privadas da região que também são receptoras dos produtos alimentícios oriundos dos mesmos produtores.

Quanto à formalização de associações ou cooperativas de municípios adjacentes ao de Presidente Prudente, percebe-se uma falta de informação ou desconhecimento das alterações da Lei n. 11.947/2009, visto que, em sua última atualização, os produtores destas cidades vizinhas podem formar suas instituições em seu município produtor.

No entanto, o processo investigativo, descritivo e o levantamento das informações também demonstram a possibilidade de adequação na forma de gestão dos recursos repassados e na operacionalização e assistência aos produtores rurais familiares que participam do PNAE no município.

As informações levantadas e apontadas como sugestões para melhoria da execução no processo de execução do PNAE, reforçam que a sinergia entre os agentes envolvidos (Prefeitura, Casa da Agricultura, CATI, Gestores da Alimentação Escolar, Nutricionistas, Associações, Cooperativa e os produtores rurais), no direcionamento do interesse para o desenvolvimento do mercado institucional local para os agricultores familiares e, as melhorias que podem ser feitas, deixa claro que os objetivos podem ser maximizados na medida em que se verifica a real inserção dos produtores locais na comercialização de seus produtos para a alimentação escolar.

Com aumento da diversidade na oferta de produtos, busca por certificações e a agregação de valor aos produtos, como por exemplo: folhagens já picadas, legumes previamente descascados e embalados e aumento na oferta de leite e seus derivados.

Podemos afirmar que o caso de Presidente Prudente vem obtendo êxito e sucesso, pois conseguiu atingir participação máxima no ano de 2014 de 45,48% do repasse feito pelo FNDE para compras da agricultura familiar.

A participação do poder público e a formalização de associações e cooperativas formadas por produtores rurais com o apoio de órgãos como a CATI e a Casa da Agricultura, as quais disponibilizam mão de obra para a manutenção e execução do programa, é de suma importância para o processo.

Portanto, o desafio é que sejam mantidas as ações existentes e feitas melhorias ou adequações nos processos de execução do PNAE na perspectiva do desenvolvimento do programa.

Nesta perspectiva, os gestores das escolas estaduais, os órgãos de assistência técnica e extensão rural local, as secretarias municipais de agricultura e a secretaria estadual de educação devem manter fluxos de diálogo, de forma a fomentarem as aquisições da agricultura familiar local para as escolas municipais e estaduais. Ainda, procurando enfrentar os problemas, os gestores municipais podem adotar estímulos ao cultivo e processamento da produção familiar local, através do suporte no planejamento e incentivo à adequação dos procedimentos, no mínimo em forma de apoio.

Por fim, observa-se a importância da articulação local de todos os atores envolvidos no processo de produção, compra e venda de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar na execução do programa.

Cabe salientar que as informações apresentadas e as recomendações não esgotam o tema. Mais estudos dentro desta temática devem ser feitos, podendo apresentar novos métodos que possam melhorar ainda mais o processo de execução do programa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa estabelecida pelo conceito de segurança alimentar e nutricional de que cabe ao Estado assegurar à população o acesso a alimentos de qualidade, é válido mencionar que este pode promover aos produtores familiares o acesso aos mercados institucionais. Desta forma, estará sendo oferecidos alimentos mais saudáveis, obtidos na própria região, respeitando a cultura e os saberes alimentares locais, conjunto de valores que passa a ser cada vez mais apreciado, além da contribuição ao desenvolvimento produtivo local.

Sendo assim, o poder público e demais agentes envolvidos, através do fomento e apoio à participação dos agricultores familiares e suas organizações nos mercados institucionais, podem contribuir para o desenvolvimento e melhoria da renda dos produtores rurais familiares, apoiando-os quanto às formas legais de regularização de suas propriedades, capacitando-os com melhorias nas técnicas de produção, diversificação e possibilidades de potencializar ainda mais a qualidade de vida.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento dos agentes envolvidos no processo de execução do PNAE e descrever a operacionalização do andamento deste programa no município de Presidente Prudente, resultando em apontar e sugerir melhorias operacionais do processo.

Com o estudo deste tema, a descrição do estudo de caso quanto à inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar no município de Presidente Prudente considerado de médio porte, justificou-se todo o processo de investigação para levantamento e descrição dos atores e fatores envolvidos no processo de execução do programa e poder contribuir para discussão sobre a operacionalização do mesmo.

A escolha da estrutura desta pesquisa para levantamento do estado da arte visou trazer elementos da literatura acadêmica e que pudessem dar a dimensão do conjunto de noções e conceitos que estão interligados para o fortalecimento da fundamentação teórica desta pesquisa.

Os resultados apontam questões que podem auxiliar em possíveis decisões futuras em busca de melhorias para os atores e fatores envolvidos na operacionalização do PNAE no município de Presidente Prudente.

Ao descrever a sistemática de funcionamento do PNAE, pode-se perceber incomodações por parte dos produtores quanto a demora nos trâmites da chamada pública e dos repasses dos recursos, porém, também a possível solução deste problema como relatado nas recomendações desta pesquisa.

Após identificados os atores sociais envolvidos com o PNAE no município, bem como sua articulação na execução do programa, foi feita análise por meio das entrevistas, assim dando subsídio de informações para que fossem feitas as recomendações com base nos resultados.

Como descritos anteriormente, foram apontados como os principais problemas: a lentidão no pagamento e/ou na abertura da Chamada Pública; baixa conscientização da educação e segurança alimentar, mesmo sendo realizadas campanhas de educação alimentar nas escolas por diretores(as) de escolas e professores(as); centralização da tomada de decisão quanto ao encaminhamento dos recursos; que a Casa da Agricultura têm baixa participação quando se refere a visitas às propriedades e, os produtores em sua totalidade, apontam que existe dificuldade para agregar valor aos produtos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C. P. D.; GOMES, R. M.; LOPES, S. R. S. **Manual da Agricultura Familiar: Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. Brasília: FNDE 2011.

ALMEIDA, L. M. de M.C.; PAULILLO, L. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2006: 205. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/276/272>>. Acesso em 12 jun. 2016.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina a, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

ALVES, J. J. A. A contribuição de Josué de Castro no estudo e Combate à fome e sua repercussão científica e política na geografia. **Revista de Geografia**. Recife, v. 25, n. 2, mai/ago. 2008.

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42. 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. P. 1-12

BRASIL. Presidência da República. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em 9 dez. 2015c.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <[https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000004&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2015&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 17 jun 2015d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Nova resolução aumenta oportunidade de venda para a merenda escolar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/nova-resolu%C3%A7%C3%A3o-aumenta-oportunidade-de-venda-para-merenda-escolar>>. Acesso em 25 ago. 2015e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar; Instituto Via Pública **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. 104p. Disponível em: <<portal.mda.gov.br/o/9793815>>. Acesso em: 21 dez. 2015f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Estudo sobre compras públicas de agricultores é traduzido para três idiomas**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/@@busca?SearchableText=paa+e+pnac>>. Acesso em: 09 dez 2015g.

BRASIL. Portal Brasil. **Merenda dos estudantes está garantida em 2015**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/06/em-2015-a-merenda-dos-estudantes-esta-garantida>>. Acesso em 17 set. 2015a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Aquisições da agricultura familiar 2015**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 01 out. 2016c.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 25 out. 2016d.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Índice de Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)>. Acesso em: 22 out. 2016e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **O que são políticas públicas?** Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticasPublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2016b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016a.

BRASIL. Planalto. **RESOLUÇÃO Nº 4**. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000004&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2015&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC&cod\\_modulo=9&cod\\_menu=940](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC&cod_modulo=9&cod_menu=940)>. Acesso em: 01 out 2016e.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj4r6uOmM7RAhUHI5AKHTOzBMcQFggkMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fnde.gov.br%2Farquivos%2Fcategory%2F116-alimentacao-escolar%3Fdownload%3D9815%3Aapnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao&usq=AFQjCNGDdgoOtQs9uB2botNjEZalZdSmvQ&sig2=95LpxC30-CrJneW7qjUooA&cad=rja>>. Acesso em 19 jan. 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 08 mar. 2017g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=354140&search=sao>>



paulo|presidente-prudente|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 14 fev. 2017e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2015/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2015/default_xls.shtm)>. Acesso em: 15 fev 2017f.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 20 mar. 2017h

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/compra-institucional>>. Acesso em: 19 jan. 2017c.

BRASIL. Presidência da República. [LEI Nº 11.947](#). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)>. Acesso em: 13 fev 2017d.

CHIRIȚESCU, V.; KRUZSLIČKA, M. The Role of Family Farms to Ensure Food Security. Scientific Papers Series “Management, Economic Engineering in agriculture and rural development” v. 15, Issue 3, 2015. Disponível em: <<http://managementjournal.usamv.ro/>> Acesso em: 22 jul. 2016.

CONRAD, L. G. **CEASA do futuro – cidade do abastecimento. Plano Estadual de Abastecimento e Segurança Alimentar e Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura familiar 2011-2014**. Porto Alegre: CEASA, 2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Sobre o nosso escritório**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

FERNANDES, P. F. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da Agricultura familiar no programa de alimentação escolar do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O Papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 0, n. 0, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/11/12>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HESPANHOL, R. A.M. **Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar**. Uberlândia, MG. Sociedade & Natureza, 2013.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, p. 335-353. jul. 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Municipal Agropecuário**. Disponível em: <<http://http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354140&search=sao-paulo|presidente-prudente>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – Resultados preliminares**. Brasil: IBGE, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/censo\\_agropecurio\\_2006\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/censo_agropecurio_2006_28.pdf). Acesso em 26 no. 2016.

JUBILEU, A. P. **Metodologia de Pesquisa. Curso de Formação Pedagógica Centro Paula Souza**. Presidente Prudente: Fatec – Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, S. P.; López, K. A. – **Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe**, FAO, 2015.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S., (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 83-107.

MORGAN, K.; SONNINO, R. **Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público**. In: ASSADOURIAN, E. (Org.) Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Salvador: Worldwatch Institute, 2010. 298 págs. Disponível em: <[http://www.worldwatch.org.br/estado\\_2010.pdf](http://www.worldwatch.org.br/estado_2010.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 26-44, jan. 2005.

PEDROSO, M. T. M. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Informações sobre o município. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: 02 jan 2016.

PROCÓPIO, F. C. Participação da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Itapeva – SP: contribuições ao aprimoramento do PNAE. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**. V.18, n.5, 2005.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro / Sérgio Sauer. – Brasília, DF: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2008.

SÃO PAULO. SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informação dos municípios paulistas**. Disponível em: < <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18 n. 51, 2006.

SOARES, P. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Nutrição) Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura familiar: reconectando o consumo à produção) **Saúde Soc**. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J.G. **Interações Entre Alimentação Escolar e Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Local**. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). Alimentação escolar - construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó (SC): Argos, 2016. P. 89-110.

VALENTE, F.L.S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada. In: **Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p.40-43.

VELOSO, F. Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): O PRONAF e o PAA. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Faculdade Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, Unesp, Presidente Prudente, 2011.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: FIGUEREDO, Adelaide; PRESCOTT, Edward; MELO, Mário Felipe. **Integração entre a produção familiar e o mercado varejista**. Brasília: Universa, 2004. p. 55-83.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 - Imagens do Local da Pesquisa

**Figura 8:** Fachadas externas local de recebimento, separação e distribuição da Alimentação Escolar.



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

**Figura 9:** Banner exposto na entrada do local de carregamento e descarregamento dos produtos da agricultura familiar



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

**Figura 10:** Produto recebido e aceito, mas com ressalva por não estar embalado conforme solicitação.



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

**Figura 11:** Parte interna da câmara fria no primeiro horário do dia, antes dos produtores chegarem para descarregamento.



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

**Figura 12:** Descarregamento de tomate e abóbora de um mesmo produtor.

Fonte: Elaborada pelo autor 2016.



**Figura 13:** Produtos entregues em conformidade com a solicitação.



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

**Figura 14:** Anexo a Unidade de Alimentação Escolar, prédio já terminado de Apoio a Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UADAF).



Fonte: Elaborada pelo autor 2016.

## Apêndice 2 – Questionários aplicados

### Questionário para Casa da Agricultura

#### Parte 1: Caracterização da Entidade

Ano de  
Fundação:

Nome do Entrevistado:

Cargo do Entrevistado:

#### Produção e Tecnologia

##### 1. Quais as atividades desenvolvidas pela instituição?

---

---

---

---

---

##### 2. Quais as principais atividades desenvolvidas pela instituição para o PNAE?

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Agregação de valor/qualidade produtos

##### 3. Como a Casa da Agricultura, procura facilitar agregação de valor aos produtos comercializados pelo PNAE?



---

---

---

---

---

---

---

---

**4. Quais as ações da Casa da Agricultura para os produtores quanto à comercialização?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**5. Quais Principais dificuldades (desafios) relacionada ao PNAE?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. Sugestões de melhoria para atendimento do PNAE?**

---

---

---

---

---

---

## Questionário aplicado na CATI

### Questionário para CATI sobre PNAE

#### Parte 1: Caracterização da Entidade

Nome do Entrevistado:

Cargo do Entrevistado:

#### 1. Principais atividades desempenhadas pela entidade:

1.1 Aquisição de insumos ( ) \_\_\_\_\_

1.2 Treinamento e capacitação ( ) \_\_\_\_\_

1.3 Certificação ( ) \_\_\_\_\_

1.4 Comercialização ( ) \_\_\_\_\_

1.5 Agregação de valor ( ) \_\_\_\_\_

1.6 Outro ( ) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

#### Produção e Tecnologia

#### 7. Quais as principais atividades desenvolvidas pela organização para o PNAE em Presidente Prudente?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 8. Faz investimentos comuns em equipamentos para o PNAE?

Tipo de equipamento	Ano	Valor

**9. Investiu em infraestrutura comum para atender aos produtores do PNAE?**

<b>Tipo de investimento</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>

**10. A CATI auxilia na busca de outros canais para comercialização dos produtos?**

( ) Sim. Quais?

---

---

( ) Não

**11. Quais foram as ações desempenhadas para os produtores nas demandas do PNAE?**

---

---

---

---

---

**12. Quais Principais dificuldades (desafios) relacionada ao PNAE?**

---

---

---

---

**13. Sugestões de melhoria para atendimento do PNAE?**

---

---

---

---

## Questionário aplicado nas associações e na cooperativa

### Questionário para (Associações e Cooperativa) sobre PNAE

#### Parte 1: Caracterização da Entidade

Nome:

Local (cidade):

Ano de  
Fundação:

Número de  
associados/cooperados:

Nome do Entrevistado:

Cargo do Entrevistado:

Principais atividades desempenhadas pela associação/cooperativa:

1.7 Aquisição de insumos ( ) \_\_\_\_\_

1.8 Treinamento e  
capacitação ( ) \_\_\_\_\_

1.9 Certificação ( ) \_\_\_\_\_

1.10 Comercialização ( ) \_\_\_\_\_

1.11 Agregação de valor ( ) \_\_\_\_\_

1.12 Outro \_\_\_\_\_

#### Produção e Tecnologia

**14. Quais as principais atividades desenvolvidas pela organização para os associados e/ou cooperados?**

---



---

---



---



---



---



---

**15. Existe rotatividade de associados e/ou cooperados?**

( ) Sim. Por que?

( ) Não. Por que?

---



---



---



---

**16. Faz investimentos comuns em equipamentos para o PNAE?**

<b>Tipo de equipamento</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>

**17. Investiu em infraestrutura comum aos associados/cooperados?**

( ) Sim

( ) Não

<b>Tipo de investimento</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>

**18. A Associação ou Cooperativa, se beneficia de Assistência técnica de outras organizações?**

Sim       Não

	Tipo de assistência
Pública	
Privada	

### **Agregação de valor/qualidade produtos**

**19. A Associação ou Cooperativa faz agregação de valor aos produtos?**

Sim. O quê?

---



---

Não. Por que?

**20. A Associação ou Cooperativa auxilia na busca de outros canais para comercialização dos produtos?**

Sim. Quais?

---



---

Não

**21. Quais foram as ações desempenhadas para os produtores nas demandas do PNAE?**

---



---



---



---

**22. Quais Principais dificuldades (desafios) relacionada ao PNAE?**

---

---

---

---

---

**23. Sugestões de melhoria para atendimento do PNAE?**

---

---

---

---

## Questionário aplicado aos produtores rurais

### Questionário para PRODUTORES RURAIS sobre PNAE

Caro entrevistado...

Esta pesquisa faz parte de um Estudo de Caso para análise do PNAE no município de Presidente Prudente, como parte da dissertação para Conclusão do Curso de Mestrado, para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento na Instituição de Ensino UNESP Campus de Tupã.

Os dados aqui adquiridos são de uso acadêmico e a identidade dos pesquisados serão preservadas.

### Questionário - Produtor rural

Identificação		
Data: ___/___/___	Entrevistador:	
Nome entrevistado		
Idade	Escolaridade ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Pós-graduação	
Endereço		
Telefone	Celular	e-mail
Estado	Cidade	
Perfil do entrevistado:		



<input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Esposa (o) <input type="checkbox"/> Filho (a) <input type="checkbox"/> Administrador/contratado <input type="checkbox"/> empregado/contratado <input type="checkbox"/> Outro _____		
Há quanto tempo é produtor? <input type="checkbox"/> menos de 10 anos <input type="checkbox"/> 10 – 20 anos <input type="checkbox"/> 21-30 anos <input type="checkbox"/> 31 – 40 anos <input type="checkbox"/> 41-50 anos		
Empregados permanentes contratados para a atividade agrícola? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos? _____	Contrata empregados temporários para período de plantio e colheita? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos? _____	Número de pessoas da família que contribuem na atividade agrícola?
E antes do PNAE?	E antes do PNAE?	
Área da propriedade (ha ou Alqueire)	Tem mais que uma propriedade?	

7. Há quanto tempo participa do PNAE?

\_\_\_\_\_

8. Caracterização da atividade produtiva na propriedade ANTES e DEPOIS do PNAE:

Produtos antes do PNAE	Área	Produção anual (toneladas ou sacas)	Quanto representa Faturamento (%)
Produtos depois do PNAE			

Produção e Tecnologia

9. Fez investimentos para ingressar no PNAE?

Se sim:

Tipo de equipamento	Ano	Valor

Não ( )

10. Fez os seguintes investimentos após o ingresso no PNAE?

Se sim:

Tipo de equipamento	Ano	Valor

Não ( )

Infraestrutura	Ano	Valor

Não ( )

11. Sobre o apoio de outras instituições:

Recebe apoio? ( ) Sim ou ( ) Não	Contrata agrônomo ou técnico? ( ) Sim ou ( ) Não	Cooperativa/associação ( ) Sim ou ( ) Não	Governo ( ) Sim ou ( ) Não	Comprador ( ) Sim ou ( ) Não
Assist. técnica ( ) Sim ou ( ) Não	Assistência à Comercialização ( ) Sim ou ( ) Não	Assist. Gerencial ( ) Sim ou ( ) Não	Capacitação mão de obra ( ) Sim ou ( ) Não	

Outros: \_\_\_\_\_

### Impacto sócio econômico

12. Qual porcentagem da produção total vai para PNAE?

0 – 20%	21 – 40%	41-60%	61 – 80%	81-100%

13. Quais são os mercados acessados para os três principais produtos?

	Tipo	Local	% da prod.
Produto 1			
Mercado Local			
Mercado Regional			
PAA			
PNAE			
Outro			

Produto 2			
Mercado Local			
mercado regional			

PAA			
PNAE			
Outro			

Produto 3			
Mercado Local			
mercado regional			
PAA			
PNAE			
Outro			

14. A renda aumentou após o PNAE?

Sim. Quantos %? \_\_\_\_\_

Não

Agregação de valor/qualidade produtos

15. Fez agregação de valor aos produtos após o PNAE?

Sim. O quê?

Não. Por que?

16. Principais dificuldades (desafios) relacionada ao PNAE?

---

---

---

---

---

17. Sugestões de melhoria do programa?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Questionário aplicado na prefeitura (nutricionista / setor de licitações / finanças e jurídico)**

**Questionário para PREFEITURA (– Nutricionista – Setor de Licitações, Finanças e Jurídico) sobre PNAE**

**Produção e Tecnologia**

**1. Qual o papel do seu setor na operacionalização do PNAE?**

---

---

---

---

---

**2. Como são tomadas as decisões?**

---

---

---

---

**3. Quais Principais dificuldades (desafios) relacionada ao PNAE?**

---

---

---

---

---

**4. Sugestões de melhoria para atendimento do PNAE?**

---

---

**ANEXOS****ANEXO 1 - Chamada Pública n.º 0022016****ANEXO 2 – Lei n.º 11.326**